

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Audiência pública	Nº: 0248/00	DATA: 05/04/00
INÍCIO: 14h30min	TÉRMINO: 17h49min	DURAÇÃO: 3h19min
PÁGINAS : 72		QUARTOS: 37
REVISORES: CLÁUDIA LUÍZA, DÉBORA, MADALENA		
CONCATENAÇÃO: ESTELA		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Secretário de Gestão de Investimento em Saúde. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil — ALFOB RICARDO OLIVA - Diretor de Alimentos e Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVS		
SUMÁRIO: Tomada de depoimento.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição ipsis verbis. Há intervenções simultâneas ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Há oradores não identificados. Císio (?) - pág. 11 Não foi possível chegar a grafia correta da palavra acima mencionada		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 45^a reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 44^a reunião, consulto sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Peço a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dispensada a leitura, a ata está em discussão. Como ninguém quiser discuti-la, vamos colocá-la em votação. Os que estão de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada. Eu estou entregando aos Srs. Deputados um documento relacionando cerca de quarenta documentos recebidos por esta Comissão, entre os quais ofícios do Banco Central, encaminhando 23 volumes de documentos requisitados por esta CPI. Vou deixar de ler, porque seria uma extensa leitura de documentos. Eu queria também comunicar aos Srs. Deputados que, conforme deliberação, nós deveremos... (*Intervenção fora do microfone*.) Eu quero os ofícios dos convocados, os ofícios dos laboratórios... Quais são os laboratórios...

(Não identificado) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só um minuto. Eu queria comunicar aos Srs. Deputados — só um minuto, por gentileza — queria comunicar que nós temos uma reunião convocada pra amanhã, conforme foi expedida a Ordem do Dia e amanhã nós vamos ouvir a ABRADILAN, o Dr. Wilson Pedro, e vamos ouvir o Dr. Gilberto Pereira, Presidente da Medita Representações. E nós havíamos colocado pra quarta-feira o depoimento dos Laboratórios Abbott, Nobel, Bayer, Boehringer, Bristol, o Aventis e o Eli Lilly do Brasil. E pra quarta-feira, aliás, pra quinta-feira, nós havíamos previsto mais sete laboratórios, só que nós recebemos um aviso que o Sr. Presidente da República receberá a Comissão no próximo dia... quinta-feira, às 11 horas. Como a nossa reunião está marcada para às 9h de quinta-feira, eu consulto os Srs. Deputados se nós devemos... A menos que V.Exa... Se V.Exa. tiver urgência, eu dou logo a palavra... Não? Tá bem. Então, o que eu queria consultar os Srs. Deputados é se nós devemos convocar a reunião pras nove, suspender, pra ir à entrevista com o Presidente e voltar aqui, porque nós tamos protelando muita coisa. Ou, então, suspender essa reunião da quinta-feira. Gostaria de ouvir os Srs. Deputados. Com a palavra Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, eu entendo que a gente deva manter a convocação de quinta-feira, com já tá estabelecido, até

porque o nosso tempo já é pequeno, se a gente ficar adiando, eu acho que a gente vai ter dificuldades. Inclusive eu tenho um contato com o Relator, Deputado Ney Lopes, disse que tentou falar com V.Exa. e não conseguiu, que uma parte da convocação na terça-feira seguinte ao dia 18, ele informa que no dia 18 não poderá estar presente, e se V.Exa. poderia realocar essa data do dia 18, porque ele disse que gostaria de estar presente no depoimento dos laboratórios. Então, até em razão dessa sugestão do Relator, eu acho que nós devemos manter a quinta-feira, como já tava, já até deve ter sido feito... expedidos os convites, e a gente suspende, pra ir ao Presidente, quem quiser, e retoma a reunião em seguida.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu queria uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Nós aprovamos aqui um requerimento de minha autoria, convocando os 21 laboratórios. A função desta convocação era a análise da discussão de preços e também a questão da... No entanto, numa reunião posterior, inclusive por sugestão minha, nós suspendemos a convocação e, segundo o que eu comprehendi, nós esperaríamos o cruzamento dos dados que vinham sendo feito pelas assessorias, pra decidir quais dos 21 convocar, podendo inclusive concentrar em alguns e dispensar outros ou não. Isso viria a partir da análise do cruzamento dos dados. Eu não estive naquela reunião interna, por coincidência com a reunião do subteto, que hoje também vai coincidir, mas eu queria informação se esta lista que V.Exa. já leu aí, de sete num dia, depois mais sete no outro dia, se isso tá seguindo esse critério ou não. Por que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - ...eu acho que é impossível, Sr. Presidente, nós ouvirmos sete laboratórios num dia. Impossível. Eu aqui reitero inclusive a minha proposta de selecionar quais os que nós temos interesse de ouvir ou não. Eu até me absteria de fazer a seleção, porque fui o que... quem apresentou o requerimento dos 21, mas eu acho que não há necessidade, a menos que o cruzamento dos dados comprove, de ouvir os 21, mas de ouvir aqueles que a gente considere que sejam fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre Deputado, eu vou tentar esclarecer: essa decisão foi tomada exatamente na Comissão Interna, presente a maioria dos Deputados, inclusive, de fazer os 27 blocos, por proposta do

Sr. Relator, em cima do requerimento de V.Exa. e do interesse de todos os Deputados de ouvir. Nós optamos, naquela oportunidade, a Comissão optou, que se nós aguardássemos todos esses cruzamentos, nós demoraríamos um pouco mais, demais, e ficaríamos sujeitos ao que encontrar ou não encontrar. Isso podia ser uma condenação prévia ou não. Essa audiência dos laboratórios seria corrida, pra que eles nos informassem preços, custos de cartel, essas coisas todas e tudo o mais que eles tiverem, e nós poderíamos depois reinquiri-los, se nós tivéssemos qualquer cruzamento errado, qualquer explicação a maior. O fato é que, se nós ficarmos a depender de todos esses cruzamentos, nós vamos ter todas essas respostas em cima do final da Comissão. E aí nós não teríamos tempo humano. Poderia parecer um jogo para não ouvi-los. Então, foi esta a consideração da Maioria da Comissão, que entendeu isso. E eu quero dizer a V.Exa. que acho que essas ponderações são bem razoáveis, sem demérito que V.Exa. possa requerer a reconvoação de qualquer um, a qualquer momento, face a dados que a assessoria, que tá trabalhando, possa dar.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, só complementando, me desculpe. Eu não vou, então, colocar objeção à vinda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, obrigado a V.Exa., viu?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Segundo: V.Exa. nos informou que na quinta-feira da semana que vem, portanto, dia 13, nós estaremos sendo recebidos pelo Presidente da República, às 11h. Eu gostaria... E para às 9 horas estão sendo convocados os laboratórios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É a consulta que eu estou fazendo, porque a previsão era de convocá-los para às 9h. E é a consulta minha, então. Se nós suspendermos, nós perderemos um dia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero fazer duas propostas. Eu tenho uma preocupação muito grande com esta audiência com o Presidente da República, mesmo sabendo que ela foi proposta, votada, aprovada aqui em plenário. Não é V.Exa. nem o autor, nem o responsável por ela; tenho preocupações. E gostaria que, talvez numa reunião que V.Exa. convocar internamente, nós pudéssemos até discutir exatamente o que que nós vamos fazer lá. Eu tenho algumas dúvidas e gostaria de fazer essa discussão. Pode ser aqui,

mas eu preferiria que fosse numa reunião interna. Segundo, eu quero propor que mantenha a convocação, não para às 9h, mas para às 14h de quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O problema... Só pra questionar, o problema das 14 horas de quinta, eu quero dizer que... quinta-feira, às 14 horas...

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - É impraticável, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Que tal se nós começarmos às 9 horas?

O SR. DEPUTADO WERNER WANDERER - Nove horas, suspendendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...ou começarmos às 8 horas, com os protestos da imprensa. (Pausa.)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora, nós, às 9 horas, teríamos que interromper 15 pras 11...

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos manter, então, vamos manter?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Manter pra quinta-feira, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mantido, então. O.k.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, e eu até peço a atenção do Deputado Magela...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu gostaria... O Deputado havia-me pedido antes a palavra, o Deputado Max Rosenmann. Agora, eu queria achar uma data, pra nós fazermos uma reunião. Podíamos fazer a reunião, preparar essa reunião com o Presidente na quarta, ao final da tarde, tá? Quarta, ao final da tarde, faremos uma reuniãozinha. Tá bom. Max Rosenmann com a palavra. Logo dou a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Sr. Presidente, eu já manifestei isso de público, que a boa condução desta Presidência tem permitido a gente se esclarecer bastante a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. é generoso. Obrigado.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - E me pareceu muito oportuno esse questionário que foi enviado pela Comissão para as distribuidoras. Um questionário, acredito que padrão, onde faz as principais perguntas sobre movimentação, número de processos judiciais, processos fiscais, uma série de perguntas, onde todas as distribuidoras, convocadas por essa correspondência, vão responder. E vai permitir, não só à Comissão, mas ao Relator, uma visualização do setor. No caso dos laboratórios, pra que não haja, assim, muita questão de improviso, de perguntar pra cada laboratório coisas que não signifiquem informações, por que não fazer dentro da mesma metodologia que foi feita um questionário básico a todos os laboratórios das perguntas principais, que vão ser questionadas...

(Não identificado) - Foi feito.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Se foi feito, ótimo. Eu só tô pedindo que também para os laboratórios seja feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! Para os laboratórios?

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Claro! Porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas os laboratórios foi feito, sim.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Foi feito? Essas perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Para os laboratórios foi feito o questionário de custos de produção.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Porque isso facilitaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não fizemos sobre crescimento deles. São coisas distintas.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Não, isso não é o caso. Eu só tô dizendo que, isso estando ao acesso da Comissão, vai permitir um debate de qualidade. Porque ficar fazendo uma pergunta que ele já mandou por escrito, é melhor a gente questionar as imprecisões e os questionamentos. Senão, essas reuniões com os laboratórios não vão agregar nada. Se já foi, maravilha. Parabéns, mais uma vez, para a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu penso que a assessoria... Não, a assessoria... O Sr. Relator e esta Presidência, Deputado Max Rosenmann, pelo que fizemos... fizemos um ...fizemos aos laboratórios, aos 21 laboratórios. Eles tão respondendo aí por cruzamentos fiscais e contas bancárias.

Mas nós fizemos também planilhas de custos e superfaturamento. De forma que eu espero que a assessoria possa produzir algum documento antes desta reunião, alguns documentos que sejam colocados à disposição dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Mas é dentro dessa linha que eu tô perguntando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu encaminho esse questionamento pela assessoria.

O SR. DEPUTADO MAX ROSENmann - Tá. E outra coisa que eu gostaria que depois a assessoria me fornecesse todas as distribuidoras que receberam a correspondência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aqui não estão os distribuidores. Esses não são distribuidores. (*Pausa.*) Nós encaminhamos a sete distribuidoras que foram consideradas as mais importantes, entendeu? Não, mas a oitava também. E essas aqui, o que são? E isso aqui o que que é? Mas e drogaria não são distribuidoras? É, nós pedimos aqui pra... Eu vou distribuir essa lista pros Srs. Deputados das relações de quem nós questionamos, entendeu? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A quem eu quero conceder a palavra, em primeiro lugar, sem que isso signifique nenhuma preferência por homem, não é verdade? (*Risos.*) Mas V.Exa. já tinha usado a palavra, então, vamos diversificar. Dou logo a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Precisa dar a palavra e a possibilidade do microfone. E eu lamento que gaúcho tenha que adicionar certas explicações. (*Risos.*) Mas vamos lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...com relação a V.Exa., para o Deputado Magela não ficar com ciúme.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu sei disso. Veja, eu queria voltar àquilo que o Deputado Magela tinha já observado. Nós nem queremos criar um constrangimento, mas nem tampouco podemos ficar numa situação de fazer apenas um ritual. A Comissão tem a responsabilidade de ter aprovado a ida e, portanto, ela tem a responsabilidade de cumprir. Talvez não seja o momento, mas eu queria propor que nós discutíssemos aí a ida, porque se o Relator vai fazer um relato, se é o Presidente, se os Deputados poderão fazer propostas diretamente ao Presidente. Enfim, eu acho que era necessário, se a Presidência avaliar que isso é,

de fato, necessário, que nos convidasse pra uma reunião, pra debatermos e pra que ninguém se sinta fora, digamos, do seu papel, que cada um julgar necessário e adequado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu poderei... Eu vou tentar fazer uma agenda. Eu cumpro o que a Comissão delibera. A sugestão de ir ao Presidente não foi inspiração minha, em momento algum.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foi do Deputado Luiz Bittencourt. E também V.Exa., que aprovou sem restrições.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu não tava aqui *(ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. nem sabe se...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu não tava aqui...*(ininteligível.)*

(Não identificado) - Foi aprovado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, se não estava, é porque V.Exa. faltou, mas foi aprovado numa reunião regulamentar. Bom, não vamos discutir isso. O fato é que o seguinte: uma visita dessas, naturalmente, implica, evidentemente, na troca de idéias. Mas também não é uma decisão, uma reunião decisória, porque a Comissão decide aqui e vota aqui. Ela tem... Eu acho que resultados positivos, no meu entender, mas é claro que, se a Comissão votasse não ir, entendeu?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas não pode revisar essa decisão? Porque ela é inconcebível. É inacreditável que tenhamos aprovado uma ida ao Presidente sem nada. O que que nós temos da Comissão? O que que foi resolvido com relação aos preços dos remédios, aos insumos? O que que tem? Nós vamos lá, pra dar passeio, pra aparecer na televisão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Alceu Collares, tem V.Exa. a palavra, pra levantar uma questão de ordem?...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu tô levantando questão de ordem, se não há possibilidade de revisão dessa decisão tomada... ou é irrecorribel a decisão?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. é Parlamentar, sabe os meios que tem. Tome a iniciativa que lhe cabe, se desejar fazê-lo.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu tô perguntando a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas é regimental! Quer dizer, foi uma decisão tomada. Foi a entrevista foi pedida, agora, nós não pedirmos é um direito que... Voltarmos atrás é um direito... é um direito... é um direito que tem.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Só quero que fique nos Anais da Casa que eu não vou, porque não tem nada que fazer lá! Vou fazer fiasco!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Alceu Collares tem normalmente se arrogado o direito de emitir um juízo sobre toda a Comissão. Esse direito... Eu nego a V.Exa. esse direito. V.Exa., se vai lá, pode fazer fiasco, mas não pode dizer que os outros Deputados vão fazer, Deputado! Respeite a Comissão e seus colegas! Por favor.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu não preciso do conselho de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô dizendo: respeite!

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não admito conselho de V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não tô dando conselho, tô enquadrando regimentalmente...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Aconselhe quem V.Exa. pode mandar, não a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tô... Tô dizendo que V.Exa....

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não me aconselhe!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, eu não aceito os conceitos de V.Exa. sobre a Comissão.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pode não aceitar, mas tem que receber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não aceito porque não são regimentais.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pode não aceitar, mas tem que receber. Tem que ouvir. Presidente de CPI tem que ouvir!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como V.Exa. tem que ouvir o Presidente também.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Tem que ouvir!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Da mesma forma V.Exa. tem que me ouvir!

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou convocar uma reunião, para nós discutirmos isso. Eu não posso admitir que estas coisas, que são profundamente lamentáveis, entendeu?... Não sei... Bom, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É sobre outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois tem V.Exa... Esse assunto é resolvido...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Tá bem. Eu quero fazer uma solicitação a V.Exa. Eu apresentei, no mesmo dia que a Dona Nicéia Camargo esteve aqui, e no dia seguinte apresentei diversos requerimentos que os complementei com um novo hoje. Pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico de várias pessoas. Eu queria pedir a V.Exa. que pudesse inclui-los na pauta de amanhã, antes da audiência pública que nós teremos, porque, se isto demorar pra ser deliberado, de pouco adiantará, se for aprovado o requerimento. Então, eu queria que V.Exa. colocasse esses requerimentos, pra que nós deliberássemos amanhã.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente... Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu atenderei o requerimento de V.Exa., desde que o Relator esteja aqui presente, porque é meu hábito... Deixa eu resolver a questão de ordem, Deputado...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, questão de ordem admite contradita, não admite? Eu queria contraditar, mais ou menos na linha do que V.Exa. está falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu concordo com os requerimentos do Deputado Geraldo Magela, mas entendo que tem que ver a manifestação do Sr. Relator. Só após a manifestação do Relator é que V.Exa. poderia pautar os requerimentos. Essa é a contradita.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não há essa premissa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria decidir a questão de ordem... O seguinte: acho que os requerimentos, pela natureza, pela falta de...quer dizer, por não serem tão urgentes, nós podemos decidir sem ouvir o Relator, porque infelizmente a Comissão... Mas neste caso específico eu acho que nós devemos e podemos, temos espaço pra ouvir. Então, eu pediria que V.Exa... O Deputado me disse que estaria aqui amanhã. Espero que esteja até na reunião de amanhã. Então, com a concordância dele,...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Façamos o seguinte acordo, Sr. Presidente: pautemos pra amanhã, se o Relator estiver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...mas o requerimento de V.Exa. trata do quê?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - De quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas denunciadas pela Dona Nicéia sobre a questão de São Paulo. São três requerimentos. Eu queria propor da seguinte forma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria dizer a V.Exa., à guisa de esclarecimento, que no caso de São Paulo nós adotamos todas as providências complementares, ou seja, pedimos todas as concorrências que o Secretário não nos entregou. Pedimos todas as concorrências — o preço, o produto — e pedimos às distribuidoras e aos fornecedores e vendedores as planilhas de custo, porque entendemos que nós precisaríamos fazer esse exame preliminar...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Estou de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...pra tomar decisões adiante. Até porque, se o dinheiro lá de São Paulo foi mal aplicado, no nosso entender cabe à Câmara de Vereadores, à Promotoria Pública atuar. A nós cabe investigar do ponto de vista dos medicamentos, senão alargaria demais, Deputado. Mas...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, não, eu não quero alargar. Eu quero propor a V.Exa. um acordo no sentido que V.Exa. e o Deputado Arnaldo Faria de Sá vinha proondo. Que se paute pra amanhã esses requerimentos, ateste, Sr. Presidente, com essas informações que V.Exa....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...V.Exa. quer a palavra, Deputado Arnaldo Faria de Sá?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Não, só concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E aí, se o Relator estiver aqui amanhã pra dar parecer sobre os requerimentos, votamos amanhã, senão votamos na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bom. Vamos à Ordem do Dia. Eu antes queria dar conhecimento de dois expedientes que me foram submetidos pelo nobre Relator. Um endereçado ao Ministro José Sarney Filho — e que estou fazendo distribuir cópias, quero que distribua cópia — e outro ao Ministro Pratini de Moraes, e que versam sobre problema de agrotóxicos. Esta Presidência, cumprindo deliberação do Plenário, já se dirigiu aos laboratórios de produtos veterinários, pedimos apenas uma planilha de custos e tal. No meu entender, nós não poderemos analisar isso, mas como isso veio da Comissão de Agricultura e o Relator entendeu que a gente podia fazer ir à Comissão, nós tamos pedindo a informação. Esses também são dados que se pede informações ao Sr. Ministro Sarney Filho, do Meio Ambiente, e ao Sr. Ministro da Agricultura.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mais uma vez a Secretaria falha. Ontem, na frente do Dr. Cisio(?), mandei tirar cópias disso. Peço que tire cópia, distribua cópia, só depois eu vou. Que no futuro se cumpra as determinações do Presidente, entendeu? Bom, eu vou... Eu quero os Srs. Deputados... Nós vamos entrar na Ordem do Dia...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...antes de entrar na Ordem do Dia, tem uma colocação que eu já fiz a V.Exa. com relação ao dia 18 e que tem convocado uma outra série de laboratórios, para completar o ciclo dos 21. E que o Relator Ney Lopes já fez essa informação a V.Exa., tinha feito anteriormente a mim, ele não poderá estar aqui no dia 18. Então, ele pede a V.Exa. que "redesigne" a data do dia 18 para o depoimento dos laboratórios que previamente teriam sido convocados dia 18. Essa é a solicitação do Sr. Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo. Nós vamos fazer isso, tendo em vista que o Relator pede. Vou dar conhecimento de um expediente do Ministro Malan, dizendo que o CONFAZ criou um grupo técnico — vou distribuir cópia —, para discutir aquele programa que nós havíamos sugerido,

em nome da Comissão, da isenção dos... de haver uma redução de impostos dos genéricos. Sugestão, aliás, endossada e sustentada naquele Conselho pelo Estado de Minas Gerais e que não logrou, naquela oportunidade, a unanimidade do CONFAZ. Eu acho que a CPI deve voltar a insistir nisso, talvez junto aos Governadores, para que se examine essa possibilidade. Mas isso será objeto de decisão, apenas tô dando conhecimento e tô distribuindo cópia. A presente reunião se destina a ouvirmos os Srs. Dr. Geraldo Biasoto Júnior, Secretário de Gestão de Investimento em Saúde, do Ministério da Saúde, que eu convido a fazer parte da Mesa. Dr. José Luiz da Silva Valente, Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior do Ministério da Educação, que também convido a fazer parte da Mesa; Dr. Jorge Antônio Zepeda Bermudez, Presidente da ALFOB — Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Ofícias do Brasil, também convidado a fazer parte da Mesa; e Dr. Ricardo Oliva, Diretor de Alimentos e Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que representa aqui o Dr. Vecina, que se encontra em viagem no exterior.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, não tava convocado o Ministro da Educação pra hoje também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, a convocação do Ministro foi uma forma, digamos assim, que nós entendemos de convocar o órgão superior, mas havia o entendimento de que viesse alguém da Secretaria do Ensino Superior, se trata especificamente do ensino universitário, entendeu? E nós entendemos, como não estávamos convidando da Saúde e o Ministro, então, seria natural que viessem técnicos do mais alto gabarito, da mais alta responsabilidade, mas não no cargo de Ministro. Esta é a razão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não estou contestando, só estou querendo me informar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, e tô prestando esclarecimento a V.Exa. Eu queria também dizer que esta reunião faz parte de duas reuniões que nós estamos montando dentro daquela...daquele item de construir uma política de laboratórios públicos no País, entendeu? Esta é uma daquelas reuniões, que será complementada com uma reunião provavelmente do Ministro da Saúde, do Ministro do Desenvolvimento, do Ministro da Ciência e Tecnologia, para uma política industrial. O objetivo desta reunião é que esta Comissão tem entendido que os laboratórios públicos têm um papel importantíssimo na busca de criar

condições, de um lado, pra baixar os preços e, de outro lado, pra abastecer as políticas sociais de Governo. E existem no País poucos laboratórios públicos, quer para produzir medicamentos, quer para fiscalizar medicamentos, quer para certificar genéricos, quer para produzir planilhas. E nós achamos que, ao lado das medidas que certamente a Agência de Vigilância, o Ministério da Saúde têm a fazer, há uma profunda, uma profunda preocupação em ampliar esse leque. E existem no País 77 universidades, que seguramente têm 77 excelentes laboratórios, dos quais, nós temos ciência, apenas três estão produzindo medicamentos. Que é o Hospital das Clínicas de São Paulo, que esta Comissão já visitou; que são a Universidade de Londrina, que é estadual; e aparentemente Maringá, que está um pouco... de menos ritmo. As outras... A Universidade do Rio Grande do Norte também. Então, as outras universidades dispõem de laboratórios, que, muitas vezes, ficam exclusivamente dedicados ao ensino e, portanto, com uma larga ociosidade de recursos humanos, de equipamentos e seguramente que, se entrosadas num esquema desses, poderiam ajudar enormemente o ensino e a própria formação de recursos humanos, médicos, farmacêuticos, biólogos etc, etc. Então, a intenção desta reunião hoje seria colher elementos para futura decisão da Comissão nesse sentido, que recomendações fará ou não. Eu sei que eventualmente um ou outro órgão, por exemplo, o Ministério da Saúde já examina alternativas nesse sentido, mas a Comissão é pra investigar e pra ajudar a criar condições. Então, nós queremos saber o que que está havendo e o que que se pode fazer nesse sentido. Portanto, tenho a honra de conceder a palavra, por vinte minutos ou até vinte minutos, desde logo ao Dr. Biasoto, que é o Secretário de Gestão de Investimentos em Saúde, do Ministério da Saúde do Brasil. Se esse microfone estiver longe... (Pausa.) se quiser usar aquele ou esse aí...

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bem, eu gostaria de agradecer à Comissão, especialmente na pessoa do Presidente Nelson Marchezan, pela oportunidade de colocar algumas iniciativas que o Ministério da Saúde tem desenvolvido em torno da produção pública de medicamentos, a produção pelos laboratórios oficiais.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pela ordem, Sr. Presidente, e peço escusas ao Dr. Geraldo. Caso os expositores tenham textos já escritos, se tiver condições de reproduzir, porque a gente acompanharia e depois poderíamos eventualmente esclarecer dúvidas, com mais consistência, espero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Encaminho o pedido aos senhores expositores. Se tiver uma exposição em cópia, né?...

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, eu vou... Nós vamos... Eu vou deixar aqui o material. A maioria das coisas tá nas transparências...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! Tá.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Aí eu deixo o material, porque aí dá pra reproduzir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. Eu distribui um roteiro, mas posso mandar tirar cópia? Posso? Não precisa disso, nesse momento? Tá. Vamos tirar. E se os outros tiverem também cópia...Têm?

(Não identificado) - Eu já deixei com o Valdivino no início...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! Tá. Prossiga, prossiga.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bom, na verdade, então, eu tô passando esse documento, que é em caráter ainda muito preliminar, e ele compõe um conjunto de iniciativas de estudos que nós estamos fazendo ao longo aí dos últimos meses, tudo no espírito de que a gente consiga recuperar esse trecho da produção de medicamentos e esse trecho do setor público, pra uma situação melhor do que a que está hoje e na qual a gente consiga ter um efetivo... desdobramentos efetivos pro conjunto da população e pra que certas parcelas da população que não têm acesso a nenhum tipo de medicamento possam tê-lo. Nós estamos, dentro desse esforço, nós nos últimos meses vimos discutindo, especialmente com a Agência de Vigilância Sanitária, com a ALFOB, especialmente na pessoa do Prof. Bermudez, com a FURP, com outros laboratórios. Então, muito do que a gente vai estar colocando aqui já é parte de um esforço coordenado de ação e de estruturação do setor. Bom, eu tenho também a comentar com os senhores que, na verdade, o início dos nossos esforços foi talvez o período mais negro da nossa questão medicamentos, né? No momento onde nem o genérico ainda não tinha uma... Quer dizer, a gente não tinha nenhum genérico efetivamente registrado. Então, nossas primeiras iniciativas tendiam a tentar colocar um medicamento dos laboratórios oficiais nas farmácias, né? O que, na verdade, é até possível, é até viável fazer isso de certa... com certos... certas pré-condições, mas é uma coisa que talvez durante a exposição aqui vocês vejam que não é o objetivo principal desse trabalho que nós estamos efetivando, né? E agora especialmente,

com a existência dum número maior de genéricos e com as perspectivas de que a gente venha a ter um número expressivo aí a curto prazo talvez não seja esse o foco mais expressivo desse programa que eu venho colocar pra vocês. Mas de qualquer forma esse é um programa que a gente analisou e estudou durante aí um período, que é de uma absoluta importância pra saúde pública brasileira, uma das mais... da maior importância pro próprio funcionamento do Sistema Único de Saúde. E só por isso ele já é um programa extremamente meritório. Bom, nossos objetivos dentro desse projeto — e aí efetivamente se coloca toda a colocação do nosso Presidente —, de que efetivamente estaremos aqui colhendo também alternativas, observações e sugestões, porque ele é um realmente um projeto em construção ainda. Bom, os nossos objetivos gerais são o aumento da oferta de medicamentos no mercado brasileiro, especialmente no segmento que consideramos de uso continuado. Por que isso? Porque esse é o tipo de medicamento que mais pesa no bolso da população e que mais leva pessoas a uma situação extremamente delicada, do ponto de vista da sua saúde. A idéia central aqui é de que é o antibiótico... As pessoas com... As pessoas de baixa renda, de um jeito ou de outro, conseguem comprar: ou dado pela... por uma ação de caridade, ou emprestado de um amigo, mas um medicamento de uso continuado, esse realmente pega no bolso das pessoas, e as pessoas, até em várias oportunidades, realizam tratamentos até inadequados pela falta de recursos, pra comprar todos os medicamentos que ele precisa nesses tratamentos de duração continuada. De outro lado, um grande objetivo nosso é a otimização do dinheiro público, né? E por isso a idéia dos laboratórios oficiais, que certamente envolvem uma redução dramática de recursos aplicados nos programas. E de outro lado nós nos incumbimos aí de resgatar a capacidade de planejamento e coordenação da produção pública de medicamentos. Efetivamente, o interessante seria termos uma rede de laboratórios que conseguisse até dividir as necessidades de produção, as necessidade de recurso, de produtos pra população entre esses laboratórios. Bom, do ponto de vista da demanda, o projeto se justifica numa parcela importante da população estar absolutamente excluída do acesso a medicamentos. E essa parcela, que poderíamos situar aí nos 40 milhões mais pobres, mas que da qual participam também uma parte da população de baixa renda... A gente pode situar em torno aí de 60 a 70 milhões de pessoas. De outro lado, uma precondição, vamos dizer, uma questão absolutamente crucial a ser

colocada é a de que, de fato, a assistência farmacêutica é um componente essencial da assistência à saúde e da assistência médica. E a aquisição de medicamentos representa, via de regra, um custo elevado dentro do sistema de saúde, especialmente para o Poder Público. E isso obviamente se choca com as nossas restrições orçamentárias. De outro lado, nós temos um problema mais agudo ainda, que é a questão da elevação, da alteração do quadro epidemiológico e do seu impacto sobre a elevação da demanda desses medicamentos. E aí, nesse caso, como a população envelhece, logicamente esses medicamentos de uso continuado é que têm uma elevação maior na sua demanda. Colocamos aí só um demonstrativo no Quadro 1, pra mostrar o que que significa a prevalência de hipertensos e de diabéticos, tratados com hipoglicemiante oral. Esse é um quadro da previsão de necessidades. Então, segundo os indicadores internacionais, a população brasileira deveria gerar uma necessidade de aquisição de medicamentos de 14 milhões e 700; e medicamentos pra hipertensos, em termos de unidades, né, de 2 milhões e 700; e hipoglicemiante oral. Depois a gente vai numa outra transparência o que é efetivo...

(Não identificado) - Unidades ou...

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - São...

(Não identificado) - É a população, né?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Em termos de população, são pessoas. Bom, na verdade, o tratamento disso se traduziria num consumo anual — aí, sim, em unidades farmacêuticas — de 9 milhões e 700 mil unidades, num protocolo normal de bilhões de unidades, né, num protocolo normal. Então, vamos dizer, seriam a hidroclorotiazida, o propranolol, o captoril e a glibenclamida.

(Intervenção inaudível.)

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, não. Aí não tá a insulina. Aí é, na verdade, é só o diabético, antes do tratamento... que ele não depende da insulina, tá? Isso é um outro estágio. Os três primeiros são pra hipertensão e o último pra diabetes. Bom, obviamente, isso do ponto de vista do Sistema de Saúde significa um grande... significam grandes recursos. Porque, na verdade, no topo dos óbitos por causas, né, nós temos justamente as doenças do aparelho circulatório. Então, vamos dizer, na verdade, nós estamos atuando aí em cima efetivamente de um dos grandes geradores de mortalidade dentro da população brasileira. Bom, de outro lado, do ponto de vista financeiro... isso aí significa gastos da ordem de quase

1 bilhão/ano, né? Então, só as doenças do aparelho circulatório envolvem um gasto pro Sistema Único de Saúde de 1 bilhão. Notem que o orçamento, em completo, no Ministério da Saúde, significa 20 bilhões, mais ou menos, e que o orçamento de repasse a ambulatórios e hospitais significa, mais ou menos, 10 bilhões, tá? Então, na verdade, são realmente... E aí, obviamente, nem tão contados aí questões laterais, como as decorrências de um derrame ou de um mal coronariano, por exemplo. Bom, do ponto de vista da oferta, que aí talvez seja o que mais nos importa nesse momento, nós temos uma questão dramática, que é a impossibilidade de acesso da população a um conjunto... ao conjunto... do acesso de uma parte da população a medicamentos, por conta das questões de preço envolvidas na medicação produzida pelo laboratório privado. De outro lado, temos uma rede de laboratórios oficiais com potencial de produção e hoje ainda subutilizada. E temos um enorme contraste entre preços praticados pelo mercado e preços praticados pelos laboratórios oficiais. Bom, na verdade, esse quadro que tá aí mostrado, ele tenta identificar, de um lado, o mercado atendido pelo laboratório privado, de outro lado, o mercado atendido pelo laboratório oficial, aí focando nessas, nessas doenças e nesses medicamentos que a gente pôs ali à frente. E o que, na verdade, seria o total do mercado a ser atendido. Então, 9 bilhões e 600 seriam as necessidades de atendimento e, na verdade, nós só atendemos, nós só temos produção pra 4 bilhões e 200. Então, o mercado potencial não atendido, que aparece na última linha, é o mercado de mais de 5 bilhões de unidades, que, na verdade, as pessoas realmente não consomem, né? Pelos índices de previsão do que as pessoas precisam, **vis-à-vis** o que o mercado produz, tanto o privado quanto... tanto o laboratório privado quanto o público, a gente tem uma carência de 5 bilhões de unidades, que deveriam estar atendendo as pessoas. Vejam que isso se desdobra em vários, vários tipos de comportamento. Tanto da pessoa que não sabe que é doente quanto da pessoa que não tem condições, que sabe que é doente, mas não tem condições de comprar o medicamento quanto da pessoa que, embora tenha a receita, não consegue comprar esse medicamento ou não consegue comprar um ou dois de três ou quatro medicamentos que lhes são prescritos pelos médicos, né? Então, na verdade, isso demonstra a carência de atendimento, que a gente hoje, nesse momento, a gente tem, **vis-à-vis** à potencialidade do que seria necessário. Bom, a gente colocou só algumas outras...outras transparências, pra mostrar um pouco do que isso significa dentro do

que que aconteceu nos últimos anos com o faturamento da indústria. Na verdade, a gente vê aí que a gente tem um faturamento que cresce expressivamente, em termos de valor, mas que em termos de unidade vendida ele é praticamente estagnado. O que significa que o preço por unidade, preço em dólares por unidade vendida, é que tá explodindo, passando de 2,30 dólares pra 6,40 dólares. Do ponto de vista da... E aí nós fizemos... Obviamente, o início de todo o nosso processo foi a tentativa de identificação de se seria possível que um produto, produzido pelo laboratório público, chegasse a uma farmácia em condições de competição com o medicamento produzido pelo laboratório privado. Ou seja, se isso significaria pra pessoa compradora a viabilidade de comprar em melhores condições. Bom, fizemos esse experimento pros vários, pros quatro produtos que nós tomamos como exemplo e tivemos, efetivamente, um resultado que é até surpreendente pelas suas magnitudes. Na verdade, a primeira coluna significa o preço hoje praticado por laboratórios oficiais, aí em especial tomamos FURP e Far-Manguinhos. De outro lado, temos o preço hoje registrado no banco de preços hospitalares e tomamos aí o Grupo Hospitalar Conceição como parâmetro. E temos aí que evidentemente, mesmo as compras do Grupo Conceição tão acima dos valores praticados hoje pelos laboratórios oficiais, nesses... pra esses quatro medicamentos. Na verdade, como uma grande crítica do setor privado é de que a produção pública é realizada mediante subsídios e não-pagamento isenções de impostos, nós também simulamos o que seria um preço privado da produção dos laboratórios oficiais. Então, nós adicionamos todas as margens de comercialização, a propaganda, um certo valor pra propaganda, uma margem de lucro, os impostos devidos e chegamos a um valor, que seria, por exemplo, a FURP produzindo hoje, mas se ela fosse o laboratório privado, tá? Então, essa quarta coluna significa esse valor. E nós comparamos isso a valores de produção dos laboratórios privados. Pegamos o topo, que é o medicamento de marca, e algum similar que tivesse no mercado. E ainda assim as diferenças são muito expressivas, o que levaria... leva à conclusão de que efetivamente seria extremamente importante e relevante pro bolso da população, se a gente conseguisse colocar esse medicamento nas farmácias, ou seja, a gente conseguisse levar esse medicamento à população. Bom, eu gostaria... de uma outra transparência, só pra mostrar o quanto é o peso do item medicamentos pras pessoas de mais baixa renda. Pegamos a pesquisa de orçamentos familiares de 1996 e identificamos que, na verdade, as pessoas que

ganham até dois salários mínimos e têm, na verdade, essa faixa...têm uma renda média de...tinham uma renda média de 148,96 reais, ela gastava cerca de 11,85 reais com medicamentos, o que significa 8% da sua renda, né? À medida que você incrementa a renda, os valores... Quer dizer, as percentagens de renda comprometida ficam menores. Então, na verdade, efetivamente é a população mais carente, embora haja programas de distribuição pública de medicamentos, ainda assim é o setor... As faixas mais baixas são as que mais são afetadas com... pela questão dos medicamentos. Bom, de outro lado, queríamos só mostrar essa outra tabela, porque, na verdade, a gente tem aí que o peso de mercado das classes de mais de dez salários mínimos significa quase metade do setor farmacêutico. Então, na verdade, quer dizer, se você olhar o conjunto do setor e a demanda que existe entre o subsetor, na verdade, são efetivamente as pessoas de mais de dez salários mínimos e que cumprem metade do conjunto das vendas desse, do mercado farmacêutico. Bom, nós temos, quer dizer, nós tínhamos, então, uma questão a tratar, que é essa questão dos laboratórios oficiais e na qual a gente tem um conjunto de possibilidades. Possibilidades de alteração frente ao quadro atual. Nós, na verdade, durante aí os últimos meses visitamos vários laboratórios públicos, né? Uma equipe do Ministério da Saúde, composta inclusive pela ALFOB, foi aos laboratórios identificar problemas e formas de melhoria, formas de como poderia ser, quer dizer, poderíamos ter um programa que auxiliasse esses laboratórios. Vimos problemas de várias origens; talvez o maior deles na área... das questões administrativo-financeiras. Os laboratórios hoje têm entraves sérios, do ponto de vista da sua administração como uma empresa. Em vários casos isso deriva da forma jurídica que eles têm. Então, por exemplo, laboratório como... numa forma fundacional é extremamente complicado de ser administrado. Temos, por exemplo, Far-Manguinhos, que é parte da FIOCRUZ e que também... que se envolve, inclusive, problemas orçamentários. E temos, na verdade, também um problema sério de descontinuidade administrativa. Vimos que essa descontinuidade tanto se refere aos quadros diretivos quanto à própria inserção do laboratório dentro das políticas de Governo. Então, você... isso se traduz inclusive nas próprias plantas. Você vê plantas que têm alguns equipamentos de última geração convivendo ao lado de um equipamento de 1930. Notem que — acho que isso é importante frisar —, que no mercado privado a mesma coisa se dá. Isso é uma observação acho que de todas as pessoas que hoje tão no mercado, que também o nosso segmento

privado, inclusive o multinacional, tem descontinuidades seriíssimas dentro das suas plantas, de idade média dos seus equipamentos. Mas isso obviamente é um problema dos laboratórios públicos. Dessa análise dos laboratórios que nós fizemos e tendo... Tínhamos em conta que era, que é necessário um apoio geral aos laboratórios existentes — acho que depois o Bermudez vai falar, que são no número de quinze, nesse momento —, mas nós tentamos selecionar um conjunto de laboratórios que têm uma capacidade mais rápida de dar respostas a uma política de fomento. E por isso que foram selecionados aí a FURP, o Far-Manguinhos, a FUNED, o LAFEP, o Iquego e o Instituto Vital Brazil. Em vários casos... Acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tempo esgotado. O que que precisa o nobre expoente?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, rapidinho, mais uns dez minutos, eu já encerro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós vamos conceder o tempo de cinco minutos pra concluir. Obrigado.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Muito obrigado. Então, na verdade, temos esses laboratórios e algumas questões sérias a enfrentar. Uma questão é da reestruturação administrativa desses laboratórios. Obviamente que não queremos jogar dinheiro numa estrutura administrativa viciada. Então, por isso, achamos que é absolutamente necessária uma série de... São necessárias alterações administrativas, de direção, de fortalecimento de mandatos pra diretorias e de um formato de empresa de economia mista. Talvez fosse a melhor solução pra esses laboratórios. E o contrato de gestão obviamente é uma talvez uma necessidade premente dentro desses laboratórios, no sentido de transformá-los numa organização atuando pelo cumprimento de metas. Bom, então, nós temos, do ponto de vista da reorganização dos laboratórios, uma questão fundamental da modernização de gestão, onde é importante a implantação de instrumentos de gestão, a capacitação de recursos humanos e o controle de qualidade, que é absolutamente crucial, inclusive dentro dessa transição desses laboratórios para a produção de genéricos, que é absoluta... É uma coisa que é absolutamente essencial que se dê. Estaríamos colocando um investimento com um módulo produtivo com a capacidade de 1 bilhão de comprimidos/ano em cada um desses seis laboratórios. Isso representaria mais ou menos um investimento da ordem de

34,5 milhões de reais ou de 19... de 19,9 milhões de dólares, que nós estamos tentando em vias já muito adiantadas de financiamento, através do Banco Mundial. De outro lado, e aí em vários casos há uma expressiva contrapartida de recursos dos Governos Estaduais, como já há o compromisso até do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Bom, só pra tentar aí ser mais rápido na nossa arguição, na verdade, nós temos que anotar o seguinte: hoje, do ponto de vista do volume de produção, os laboratórios públicos conseguem dar conta de 5% a 6% do mercado geral. Esses investimentos nos levariam para alguma coisa como 14%, 15%, 16% daqui provavelmente a uns dois anos, quando essas plantas estivessem plenamente em operação. Obviamente que se coloca aí uma impossibilidade da gente usar de maneira franca esses laboratórios como um regulador de mercado. Eles não teriam essa capacidade ainda nesse momento. Mas se coloca, sim, a utilização desses laboratórios como oferta, pra que a demanda que tá exercida pelo setor público nos seus vários programas, especialmente na assistência farmacêutica básica e na aquisição de medicamentos especiais e medicamentos pra AIDS, tenha aonde comprar medicamentos, que é um problema sério hoje, e que ela e esses laboratórios consigam suprir essa compra pública a preços razoáveis, o que obviamente resulta em muito melhores condições, muito maior volume de remédio pra população. Bom, eu paro por aqui e posso adicionar coisas depois da arguição. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Biasoto, pela bela exposição que acaba de nos brindar. E passamos, desde logo, a palavra ao segundo expositor. Deixe eu ver minha ordem aqui. Seria... Nós estamos na linha dos laboratórios públicos. Quem sabe o Dr. José Luiz ficaria pro final, porque seria um entrosamento? Então, tem a palavra... Concordam? Com a palavra o Dr. Jorge Antônio Zepeda Bermudez, Presidente da ALFOB, por vinte minutos.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, membros da CPI, companheiros da Mesa, Dr. Biasoto, Dr. Valente e Dr. Ricardo Oliva, minhas senhoras e senhores, eu quero reiterar, como eu já tive a oportunidade de expressar mais de uma vez, a honra que representa para a minha pessoa aqui comparecer, a convite do Sr. Deputado Nelson Marchezan, desta vez para participar desta sessão de audiência pública. Ao longo desses últimos meses, desde dezembro de 1999, venho acompanhando de perto os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos. Aqui compareci em dezembro, pra depor,

acompanhei diversos depoimentos de representantes de Governo, de indústria, do comércio, de entidades, das corporações profissionais, assisti à sessão de abertura, com a conferência do Sr. Ministro da Saúde, quando ressaltou diversos aspectos do mercado farmacêutico no Brasil, da inelasticidade que caracteriza a demanda de medicamentos e dos problemas gravíssimos que enfrenta o Sistema Único de Saúde e as ações que o Ministério da Saúde está implementando, com vistas a expandir e assegurar o acesso da população brasileira aos denominados medicamentos essenciais. Assistimos também às polêmicas declarações de segmentos industriais, em especial, a ABIFARMA, cujo Presidente foi duramente questionado. Assistimos ao desastre da ABRAFARMA, que cincicamente reconheceu a existência de medicamentos "bons para otário" no mercado brasileiro, nas farmácias brasileiras. Acompanhamos de perto uma série de propostas e de análises de contexto, principalmente expressas pelos Conselhos Federais, Federações Nacionais de Médicos e Farmacêuticos. Acompanhamos as visitas que os Deputados membros da CPI realizaram à Fundação para o Remédio Popular, em São Paulo, e à Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, dois laboratórios que se destacam entre os laboratórios oficiais exatamente pelo fato de serem laboratórios que, nos últimos anos, receberam investimentos, para adequar suas estruturas com o objetivo de fazer frente às necessidades de medicamentos para os mais diversos programas, no âmbito das três esferas de Governo que compõem o Sistema Único de Saúde. Eu quero destacar a riqueza das análises, a gravidade da situação nacional e a necessidade premente de que sejam encontradas estratégias concretas e imediatas para disciplinar esse setor tão cheio de irregularidades, de distorções e de interesses tão distantes das necessidades de saúde da população brasileira. No meu comparecimento inicial a esta CPI, em 14 de dezembro de 99, eu pontuei, na minha intervenção, o contexto que o Brasil enfrenta, a nossa profunda dependência tecnológica e econômica, os aspectos mercadológicos inaceitáveis que determinados segmentos da indústria utilizam no **marketing** de seus produtos e a necessidade de promover medidas urgentes, para disciplinar o mercado e expandir o acesso da população. Chamamos atenção para alguns aspectos críticos de mercado, principalmente para o descumprimento da lei, que nós observamos no dia-a-dia das farmácias comerciais brasileiras. Chamamos também atenção para a escalada dos preços dos medicamentos no Brasil, deixando clara a necessidade de medidas efetivas de monitorização ou mesmo de controle de preços, em especial

daqueles medicamentos de uso contínuo, cuja falta não pode acontecer na rotina daquelas pessoas que têm que tomá-los dia após dia. Ressaltamos, na oportunidade, o papel estratégico que cabe aos laboratórios oficiais na produção de medicamentos essenciais, na referência de preços e de custos de produção, no desenvolvimento tecnológico de processos de produtos e no abastecimento da rede pública de atenção à saúde. Destacamos também a necessidade de que seja efetivamente implementada a política de medicamentos genéricos que possa abastecer o mercado e ofertar à população medicamentos seguros, eficazes e a menor custo, como é procedido nos países desenvolvidos. Estados Unidos e Europa são exemplos claros de políticas de genéricos que, ao longo dos anos, realmente obtêm parcela significativa do mercado com produtos não de marca, mas produtos genéricos. Quero, por oportuno, destacar que muitos dos senhores que visitaram os dois laboratórios oficiais, a FURP, em São Paulo, e a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, verificaram, **in loco**, o potencial, o compromisso, os esforços e a capacidade dos quadros técnicos que os mesmos possuem. O conjunto dos quinze laboratórios oficiais compartilham dos mesmos princípios e dos mesmos compromissos. Eu posso assegurar, na qualidade de Presidente da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil. É uma necessidade imperiosa o investimento no conjunto dos laboratórios oficiais, não com o objetivo de competir com o setor privado, mas para que seja estabelecida uma referência de custos, de preços finais, de processos de produção e de qualidade. O Ministério da Saúde, na pessoa do Sr. Ministro e do Secretário de Gestão de Investimentos em Saúde, Dr. Biasoto, já manifestaram de público, desde o início da CPI, essa ação de Governo, a qual eu quero reconhecer publicamente e dizer do compromisso e das contrapartidas estaduais que nossos laboratórios e os Governos estaduais estão assumindo para realmente transformar isso num projeto que possa expandir e efetivamente adequar a capacidade dos laboratórios públicos brasileiros. Nós temos, no Brasil, na tentativa de responder aos quesitos que nos foram passados pela CPI, quinze laboratórios oficiais, conforme uma relação em anexo, que já havíamos colocado, mas que nós estamos anexando aqui ao meu depoimento. Nós ainda estamos analisando um pedido de inclusão de um laboratório que foi reativado na Secretaria de Saúde do Estado da Paraíba e, na próxima reunião ordinária da Associação, vamos com certeza aprovar para que ele venha a compor o quadro dos laboratórios associados à ALFOB, Associação dos Laboratórios

Oficiais. Nós temos, entre os laboratórios, fundações e nós temos alguns que são administração direta, nós temos laboratórios universitários e temos empresas de economia mista. Entretanto, empresas de economia mista que, ao longo dos anos, foram sendo autarquizadas por uma série de decretos e de leis próprias nos Estados. E evidentemente que é necessário flexibilizar a gestão deles, transformar os outros em empresas de economia mista, mas realmente uma discussão política com os Governos estaduais, pra viabilizar um projeto em que os laboratórios efetivamente tenham a flexibilidade e a agilidade pra fazer frente a esse aumento de demanda. Quantos laboratórios são necessários? Isso é impossível de prever. Agora, nós temos até defendido, em outras oportunidades, que tem que haver minimamente uma distribuição regional de laboratórios e não a concentração deles apenas na Região Sudeste. Na Região Norte, por exemplo, não tem nenhum laboratório. E nós vemos até que poderia haver vantagens, até por ser zona franca, de termos um laboratório naquela região, Amazonas, Pará, proximamente. Na Região Nordeste foi desativado o laboratório da Bahia, que era um laboratório que vinha cumprindo uma série de funções. De tal maneira que nós temos defendido, primeiro, o fortalecimento dos laboratórios. E, na medida da necessidade, com demandas previamente estabelecidas, que possam ser até abertos outros laboratórios. No que se refere ao controle de qualidade, todos os laboratórios oficiais têm, em sua estrutura, ou um departamento ou uma gerência responsável pela análise de matérias-primas, de material de embalagem, de processos, de ambientes e de produto final. Todos também ou implementaram ou estão em processo de implementação da denominada garantia da qualidade. E vêm incluindo... E isso é importante salientar que todos os laboratórios estão colocando, nos seus processos e nos seus projetos de expansão, equipamentos modernos de última geração para agilizar também não apenas a área de produção, mas a área de controle de qualidade, e baixar custos também nos processos de controle de qualidade dos produtos. No que se refere à população atendida hoje, o Programa de Assistência Farmacêutica Básica Descentralizada, que foi regulamentado por uma portaria, a Portaria 176/99, do Ministério da Saúde, e que foi estruturado com base na experiência do Programa Farmácia Básica, vem sendo implementado pelas Secretarias Estaduais de Saúde em todas as unidades da Federação, prioritariamente sendo atendidos pelos laboratórios oficiais. Isso significa que a totalidade da população brasileira vem sendo coberta no que tange a um elenco

mínimo de medicamentos — em torno de 30 a 40 para atenção básica ambulatorial —, através de procedimentos que cada Estado, na sua comissão intergestores bipartite definiu, ou programa estadual, ou programas municipais, ou programas centralizados ou descentralizado, com recursos compartilhados da União, dos Estados e dos Municípios. Adicionalmente, o conjunto dos laboratórios oficiais, e principalmente a Fundação Oswaldo Cruz, atende a 30% da demanda dos chamados medicamentos estratégicos do Ministério da Saúde, que são direcionados principalmente à tuberculose, hanseníase, endemias, AIDS, e temos os hemoderivados e a insulina para diabetes, que não são atendidos por laboratórios oficiais. Medicamentos para atenção hospitalar também fazem parte de demandas oriundas de redes próprias nos Estados ou Municípios, e que são articuladas caso a caso com o conjunto dos laboratórios ou com um laboratório mais próximo da região. Quanto à política de investimentos nos últimos anos, podemos afirmar que ela tem sido inexistente, razão pela qual encontramos laboratórios descapitalizados, endividados, inadimplentes com programas do próprio Ministério da Saúde, e com problemas de gestão e de estrutura, que vêm sendo superados, e que se inserem no conjunto das medidas que estão sendo discutidas nesse programa de expansão. No momento em que se implementa a política de medicamentos genéricos, com base na Lei 9.787/99 e na regulamentação correspondente, já a decisão política adotada pelo conjunto dos laboratórios oficiais, em reunião de diretoria e em reunião de técnicos dos laboratórios, junto com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, é de transformar todos os produtos dos laboratórios oficiais em medicamentos genéricos. Isso equivale a adequar a produção dos laboratórios oficiais à legislação existente no Brasil. Diversos laboratórios já estão com processo submetidos à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Nominalmente, eu tenho certeza que a FURP, Fundação Oswaldo Cruz, já estão com processos em análise, e outros laboratórios como Indústria Química do Estado de Goiás, Instituto Vital Brasil e Fundação Ezequiel Dias já estão praticamente fechando a parte documental, para entrar com os processos de submissão à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Evidentemente que transformar esses produtos em medicamentos genéricos implica em tempo e recursos. E ninguém vai fazer isso de uma hora para outra. Nós vamos ter que planejar prioridades, estabelecer quais são os medicamentos que consideramos prioritários. E iniciamos esse processo, considerando os medicamentos de uso

contínuo e os medicamentos anti-retrovirais, por causa do impacto que a produção oficial teve nos preços de mercado dos medicamentos anti-retrovirais. As perspectivas para o futuro imediato estão sendo construídas, me parece, de maneira positiva, no âmbito do programa de investimento que o Ministério da Saúde está terminando de estruturar, e que foi levantado e colocado aqui pelo Dr. Biasoto, com as contrapartidas estaduais, para implementação imediata, com contrapartidas claras e definidas, negociadas e aprovadas pelos respectivos governos estaduais. Quero dizer que vejo com otimismo a consolidação de modelos de gestão, que, ao definirem metas, compromissos e recursos, sejam capazes de captar capital de giro, e capacitem o conjunto de laboratórios oficiais para expandirem sua linha de produção para poderem atender de maneira permanente a rede pública de serviços que compõe o Sistema Único de Saúde, sem os percalços, sem a descontinuidade administrativa, sem os entraves burocráticos e administrativos que vêm sofrendo e que sofreram os laboratórios públicos, e que não são privilégios dos laboratórios públicos. Em relação a uma outra pergunta colocada, eu queria dizer que por princípio e por determinação legal ou política os laboratórios públicos não têm tido a prática de participarem de licitações, tendo em vista que se trata de órgãos públicos na sua grande maioria, e não é o nosso objetivo nem concorrer com o setor privado, mas atender à rede pública, que já se encontra realmente desabastecida e para a qual é necessário expansão. O controle de qualidade dos medicamentos genéricos, que é colocado também como pergunta pela CPI. O controle externo de laboratórios do setor privado não pode ser feito pelos laboratórios oficiais produtores, e sim os laboratórios universitários, vinculados à Faculdade de Farmácia, ou na rede de laboratórios vinculados a secretarias estaduais de saúde e que trabalham articulados com o Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz. Então, eu quero deixar muito claro que não cabe ao laboratório que produz participar no controle de produtos de outros laboratórios. Esse é um papel que, com certeza, o Dr. Ricardo vai colocar em relação aos laboratórios universitários ou laboratórios vinculados às secretarias de saúde dos Estados. A redução de preços seria, ao nosso ver, uma decorrência natural de instituições solidamente construídas, com contratos de gestão que viabilizem a utilização da capacidade plena dos laboratórios, como os Srs. Deputados tiveram oportunidade de constatar nas visitas efetuadas nos dois laboratórios visitados. Não poderia deixar de mencionar aqui nesta CPI a importância da visita da Diretora

Geral da Organização Mundial da Saúde no dia de ontem, coincidindo com a proximidade do Dia Mundial da Saúde. É preciso ressaltar que a Dra. Gro Brundtland, visita, não ela, mas como diretora, e nenhum diretor geral da Organização Mundial da Saúde visitou anteriormente a América Latina. É a primeira visita que uma diretora geral da Organização Mundial de Saúde faz na América Latina, e é preciso ressaltar que esse convite foi motivado por um convite formulado por esta CPI. É evidente que isso deixa muito claro a importância política de um País como o Brasil para a Organizações das Nações Unidas. Inserindo o discurso da Dra. Gro Brundtland, ao inserir a questão da disponibilidade, acessibilidade de medicamentos essenciais entre as medidas mais importantes da qualidade do serviço de saúde nos países, ela colocou com clareza que, segundo suas palavras, os medicamentos constituem indicadores-chaves de eqüidade e de justiça social. Taxar preços dos medicamentos com eqüidade, ou que ela chamou de preço-eqüidade, nas palavras da diretora geral da Organização Mundial da Saúde, equivale a propor preços diferenciados para países pobres e para países ricos. Trata-se de uma proposta ousada, inovadora, que depende de uma articulação de esforços, derivada de uma decisão política incontestável. E nós ouvimos ontem a manifestação do compromisso da Organização Mundial da Saúde em liderar este debate. Nós não podemos deixar passar essa oportunidade. Quero ainda crer que devemos olhar com atenção as medidas que vêm sendo implementadas nos países centrais no que se refere à contenção de custos nos gastos farmacêuticos, na implementação de mecanismos de competição de mercado e na disseminação de informações seguras e imparciais no que tange a aspectos farmaco-econômicos e na produção de estratégias para o uso racional de medicamentos. Quero ainda chamar a atenção para a importância, conforme já foi discutido nesta CPI, em sessões anteriores, e também como foi ressaltado ontem pela diretora geral da OMS, de que sejam estabelecidos os parâmetros e os indicadores adequados para acompanhar e monitorar o impacto dos acordos comerciais internacionais, em especial o Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio, para os países em desenvolvimento. Finalizando minha intervenção, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu quero renovar minha convicção de que serão geradas, a partir desta CPI, medidas concretas que serão responsáveis pela expansão do acesso da população brasileira aos medicamentos essenciais. Não é a primeira CPI, não será a última, mas eu acho que nós estamos diante de uma conjugação de esforços e

dentro de uma cobertura da mídia altamente positiva para viabilizar medidas concretas. Eu tenho certeza que as estratégias que venham a ser propostas por esta CPI certamente poderão redundar em ações setoriais claras e que esse mercado farmacêutico, que hoje se assemelha a um mercado persa, efetivamente possa ser disciplinado. Basta implementar o cumprimento da legislação vigente. Sras. e Srs., o Brasil, na minha opinião, tem condições de avançar e acredito que assim poderá fazê-lo na construção de uma cidadania digna, e que priorize o respeito, a eqüidade e a ética na implementação de políticas públicas na área social. Assim o exige a população, que anseia por melhores condições de vida e pelo cumprimento do preceito saúde como direito de todos e dever do Estado, que foi consensualmente lavrado em nossa Carta Magna de 1988. Senhores, muito obrigado. E eu tenho certeza de que nós iremos avançar nessa CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado. Vamos bater palmas. (*Palmas.*) Por que esse constrangimento aí? Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, no início da nossa sessão V. Exa. justificou a substituição do Ministro Paulo Renato e a substituição do Dr. Gonzalo Vecina. E o Dr. Barjas o senhor não justificou, ele não mandou representante, como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu realmente estava esperando. O Deputado Arnaldo não deixa passar nada. É de direito seu. Na verdade, é o seguinte: o Dr. Barjas Negri me ligou onze e pouco me dizendo que tinha surgido um problema de orçamento daquele Ministério e que ele precisava tentar ajudar a resolver e tudo o mais. Então, nós já tínhamos convocado todo o time do Ministério. Aqui se encontra o Biasoto, (*ininteligível*) de técnico, aqui está ainda o Dr. Ricardo, que veio. Então, eu disse para ele que ficava dispensado, a vinda dele por esta reunião, na medida que tinha surgido esse problema e que, oportunamente, se a Comissão entendesse, nós o convocaríamos. Foi esta a razão. E por um lapso meu, eu não dei a explicação que V. Exa. me enseja de fazê-lo agora.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Acho que o problema que ele tinha que resolver lá é mais importante do que vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas eu não considero o mais importante, mas, seguramente, em função da votação do Orçamento hoje, ele é um problema que não tem... não pode ser adiado, entendeu?

E aqui talvez pudesse... Eu quero dizer a V. Exa. que um pouco da sua decepção também é minha, mas... eu acho que há uma razão para fazê-lo, entendeu? E eu acho que fomos... tivemos... fomos brindados aqui pelo Dr. Biasoto.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - As perguntas que eu ia fazer a ele vou fazer ao Dr. Biasoto. O Biasoto apanha no lugar dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tenho a certeza que V. Exa. fará sempre as perguntas do seu modo: incisivas, competentes, duras, mas no respeito que convém a esta Comissão. Tem a palavra... Quero agradecer o depoimento do Dr. Bermudez também, uma belíssima contribuição. Tivemos dois belos depoimentos. E vou conceder desde logo a palavra ao Dr. Ricardo Oliva, Diretor de Alimentos e Toxicologia, que vem aqui em nome do Dr. Vecina, que se encontra em viagem ao exterior.

O SR. RICARDO OLIVA - Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros de mesa, em nome do Dr. Gonzalo gostaria de declarar a honra que nós temos, quanto Vigilância Sanitária, de mais uma vez participar desta Comissão, entendendo a sua importância no que diz respeito à busca de uma política de medicamentos que garanta acesso e qualidade aos produtos de... a toda a população brasileira. Eu vou ser bastante breve na minha apresentação. Eu gostaria de salientar que a assistência farmacêutica tem pelo menos quatro vertentes importantes. Ela tem a questão do acesso, da qualidade dos produtos — entendendo qualidade fundamentalmente a segurança e a eficácia —, o uso racional desses produtos e a farmacovigilância — e entendendo a farmacovigilância como monitoramento dos efeitos adversos decorrentes do uso desses produtos. Fundamentalmente, a ação de Vigilância Sanitária se concentra em dois pólos dessas questões: ela se concentra no controle da qualidade dos produtos e na realização de atividades vinculadas à farmacovigilância. A ação da Vigilância Sanitária ela é participativa com outras instituições responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas na área social e especialmente na área de saúde, no que diz respeito a acesso e uso racional. É meu entender que os principais objetos desta Comissão estão vinculados fundamentalmente ao acesso e ao controle de qualidade, à qualidade dos produtos consumidos pela população. O Dr. Biasoto e o Dr. Bermudez já apresentaram — e eu não vou ser repetitivo no que tange a esse respeito — as possibilidades e as disponibilidades dos laboratórios oficiais públicos na produção de medicamentos com qualidade e na participação

dentro de políticas públicas de assistência farmacêutica. Na realidade, a ação de Vigilância Sanitária no que diz respeito a esses laboratórios ela é exatamente igual a qualquer outro laboratório privado na medida em que não existe, não pode existir diferença de qualidade do produto de um laboratório oficial com relação a qualquer outro laboratório... produto produzido por outro laboratório privado. Os mecanismos de controle de qualidade exercidos pela Agência em conjunto com as Vigilâncias Sanitárias estaduais e algumas Vigilâncias Sanitárias municipais, no que tange à produção farmacêutica, eles se concentram em três aspectos, basicamente em três aspectos, de uma forma bastante resumida. Uma delas é a inspeção sanitária das plantas de produção, buscando conhecer todas as características e processo produtivo e adequando esse processo produtivo às normas legais e regulamentares vigentes no que diz respeito aos padrões essenciais de qualidade do processo produtivo em vistas às boas práticas de fabricação. O segundo aspecto é o controle laboratorial do produto final. Você fazer um monitoramento da qualidade do produto através de análise fiscais, análises de controle, análises de monitoramento propriamente dito, ou até mesmo de análises de biodisponibilidade e bioequivalência, no que diz respeito ao produto final. Você pode fazer o controle da qualidade dos produtos nas duas pontas: dentro do setor produtivo, o que é mais abrangente do ponto de vista até dos recursos disponíveis para o controle de qualidade institucional, e na ponta, através do controle de qualidade do produto, que é bastante pontual. E a terceira vertente é o exame dito documental dos processos de registros ou da documentação do processo produtivo no que tange não só às referências bibliográficas, às referências técnicas ou até às referências de processos gerenciais administrativos, no que diz respeito à condução do processo produtivo e que culmina no registro ou nas alterações de registro desses produtos junto à Vigilância Sanitária. É importante— eu volto a salientar— que essa ação de Vigilância Sanitária ela não é uma atribuição exclusiva e não é executada exclusivamente pela Agência na medida em que todo o sistema de saúde, todas as ações de Vigilância Sanitária existentes dentro do SUS são também executadas por Estados e Municípios no limite da sua competência ou da sua capacidade técnica de execução dessas ações. Eu acho que estou à disposição efetiva pra qualquer esclarecimento, e fundamentalmente esses são os aspectos relacionados da Agência aos laboratórios oficiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado ao Dr. Ricardo Oliva, Diretor de Alimentos e Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, pela contribuição do depoimento que acaba de nos prestar. Passamos ao último expoente e depois aos debates, Dr. José Luiz da Silva Valente, que é Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior e representa aqui o Ministério da Educação. Tem a palavra o Dr. José Luiz.

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros de Mesa, em primeiro lugar gostaria de, em nome do Ministro Paulo Renato, agradecer o convite para estar aqui participando deste debate, que certamente que em muito vai nos enriquecer. Também vou procurar, como o Dr. Ricardo, ser o mais breve possível na minha apresentação de modo que possa ficar à disposição dos senhores para eventuais discussões posteriores. Percebi, na fala inicial do Sr. Presidente, um anseio e uma grande expectativa com relação ao sistema de instituições federais do Ensino Superior com relação à participação desse sistema na produção, fiscalização e certificação dos medicamentos genéricos. Gostaria de dizer aos senhores, Sr. Presidente, que faço parte da corrente de pessoas que acreditam plenamente que isso é possível, e estamos vivendo um momento bem próximo de alcançarmos essas metas. E gostaria de, nesta primeira conversa, explicar o por que desse otimismo aqui trazido. O sistema de instituições federais, um sistema educacional basicamente precisa alicerçar-se em três pontos: qualidade do seu corpo discente, a qualidade do seu corpo técnico docente e a capacidade tecnológica, entendida aí a disponibilidade de equipamentos de ponto e infra-estrutura física condizente com as necessidades de ensino, pesquisa e extensão. O Ministério da Educação, na gestão do Ministro Paulo Renato, tem procurado tratar essas três questões da forma mais aberta e transparente possível. É sabido por todos e divulgado consistentemente pelo Ministério a necessidade de expansão do ensino superior, a expansão do acesso da população ao ensino de nível superior. Portanto, o Ministério tem atuado no sentido de procurar criar mecanismos que facilitem essa expansão. Por outro lado, uma expansão desordenada do sistema certamente traria muito mais prejuízos do que benefícios para toda a sociedade. E, portanto, o processo subsequente de avaliação seria absolutamente necessário e está plenamente em curso hoje dentro do Ministério e conhecido por todos os senhores e por toda a sociedade. São exemplos claros de processos de avaliação em andamento, não só avaliação da

CAPES, já consagrada em termos de pós-graduação, mas a avaliação feita pelo Exame Nacional de Cursos e a avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação hoje em curso em todo o País. Tratamos de uma expansão importante do corpo discente, que precisa ter uma consequência lógica e óbvia com relação ao corpo docente de cada uma das instituições do ensino superior. Particularmente no sistema de instituições federais de ensino superior partimos de um contingente de estudantes da ordem de 360 mil alunos, no ano de 1994, e hoje estamos próximos a 500 mil alunos. Seguramente em 2000 já atingimos esse número. A qualificação desse corpo docente, que trabalha nessas 52 instituições federais do ensino superior, hoje, entre mestres e doutores, já temos em torno de 70% dos nossos professores, o que significa dizer que há uma massa crítica dentro das universidades e instituições isoladas capaz de atender a demanda crescente desse mercado. Por outro lado, temos uma questão crucial, que muito nos preocupa, mas muito nos preocupou há tempos, que era com a questão da recomposição tecnológica das universidades federais. Para tal o Ministro Paulo Renato, logo que assumiu, buscou equacionar o problema através de um programa de modernização e qualificação das instituições federais de ensino superior. Esse programa envolve a aquisição de equipamentos para os laboratórios de ensino de graduação e para o reequipamento dos hospitais universitários federais em número de quarenta e cinco, ligados a cada uma das instituições federais de ensino superior, que somam hoje cinqüenta e duas. Esse programa de reequipamento é da ordem de 300 milhões de dólares, sendo que desses 300 milhões 200 milhões estão sendo utilizados para adquirir equipamentos para a recuperação dos laboratórios de ensino de graduação e 100 milhões de dólares estão sendo utilizados na aquisição de equipamentos para reequipamento dos hospitais universitários. Esse processo de compra de equipamentos, através de licitações, foi desenvolvido dentro do âmbito do Ministério da Educação e os primeiros equipamentos começam a chegar agora ainda durante o ano de 2000, ficando, portanto, uma enorme expectativa de melhoria da qualidade de infra-estrutura das nossas instituições. Evidentemente, quando se trata de aquisição de equipamentos para hospitais universitários estamos dizendo que temos aí uma enorme expectativa com relação ao desenvolvimento dessas importantes unidades de saúde hoje no País. Não seria surpresa para os senhores há dois, três anos estarmos aqui, e vim várias vezes a esta Casa para discutir questões de crise no Hospital Universitário. Essas crises,

graças a Deus e a muito trabalho, têm sido cada vez menores e, hoje, diria que nos nossos 45 hospitais universitários federais temos uma situação de estabilidade completa com contas em dia, etc. Só que isso também não aconteceu por acaso. No ano passado foi assinado um convênio de cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde no sentido de apoio ao custeio desses hospitais. E é aí que eu queria chegar, talvez o maior problema que tenhamos que equacionar ao longo desse nosso início de trabalho, vamos interpretar desta forma. Ainda temos, com todo o aumento do número de alunos nas universidades federais, com toda a expansão da qualificação do corpo docente nessas universidades, com todo o esforço de adaptação da relação aluno-docente, de modo a que a sociedade tenha mais acesso a esse ensino público, com todo o investimento que ora vem sendo feito nas universidades federais e que um pedaço dele acabo de citar, ainda temos um enorme problema de custeio das universidades. Os senhores aprovaram no Orçamento de 1999 uma emenda da ordem de 76 milhões de reais, que garantiam às universidades federais um orçamento de custeio, que saía de 330 milhões, em 1998, para 424 milhões, em 1999, e que permitiu que a maioria das nossas universidades fechasse o ano absolutamente em dia com todas as suas contas. No ano de 2000 os senhores devem estar aprovando uma outra emenda que nos deixará num patamar muito próximo ao ano de 1999 e que, portanto, dará o primeiro fôlego para que começemos a respirar na questão de custeio das universidades, mas que ainda é uma solução e uma situação extremamente tênu e que, portanto, precisa de um estudo cuidadoso e com planejamento o mais adequado possível. Tempo e planejamento. Gostaria de deixar como finalização desta primeira intervenção as duas palavras-chaves deste processo. Não lembro se o Dr. Biasoto Júnior foi quem citou, mas é preciso que a gente não acredite que o problema estará resolvido amanhã, agora é preciso que saibamos que o sistema de universidades federais do País estará participando dele com condições de contribuir nesse sistema. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Dr. Luiz, pelo depoimento que acaba de nos prestar. Passamos, desde logo, mas antes de passar a palavra ao nobre Relator **ad hoc**, Deputado Padre José Linhares, queria dizer aos Srs. Deputados se ninguém tiver nenhuma objeção vou encaminhar esses dois requerimentos que me foram sugeridos pelo Sr. Relator e que distribuí cópia. Concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado José Linhares.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Do que tratam esses requerimentos. Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Permite-me, Deputado Linhares? Trata-se daquelas informações que estamos solicitando ao Ministro Pratini de Moraes e ao Ministro José Sarney, que V.Exa. tem cópia, que acabei de anunciar antes, que só não os leio para não perder tempo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pensei que fosse outro, por isso quis me precaver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não. Há uma ligação. Muito obrigado a V.Exa. Tem a palavra o Deputado Linhares.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Sr. Presidente, nobres colegas, Deputados e Deputadas, nossa saudação ao Dr. Biasoto, ao Dr. Ricardo Oliva, ao Dr. Bermudez e ao Dr. José Luiz da Silva Valente. Em primeiro lugar, Dr. Bermudez, a sua Associação, o senhor sente que a sua Associação nesses últimos anos realmente vem recebendo incrementos que a permitam ter melhor expansão e ter melhor condicionamento, condições para funcionar? Seria interessante a gente saber se a Associação realmente ela ficou, digamos assim, limitada a existência ou se ela vem recebendo como uma associação de laboratórios farmacêuticos oficiais, se os recursos, se os implementos são suficientes. Em segundo lugar gostaríamos de saber também qual é a relação que hoje a sua Associação mantém com esses segmentos, por exemplo, com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação. Temos sentido aqui muitas vezes que vários departamentos de vários Ministérios, diria que, com correlação muito estreita, eles trabalham quase como que isolados. Se a sua Associação está unida a esses outros departamentos que estão sendo necessários ou que estão sendo chamados a colaborar com esta nossa CPI, sobretudo naquilo que diz respeito à qualidade de medicamento, ao abuso de preço e depois também ao progresso dos genéricos. Seriam essas duas perguntas, em primeiro lugar, que dirigimos a V.Sa.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Posso responder de imediato, Sr. Presidente, Sr. Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou explicar. Temos por hábito aqui... Ao invés de eu dar os três minutos para o Parlamentar perguntar e depois mais três, estamos dando o máximo de doze para fazer a interlocução. Então, é mais ágil, melhor, mais interessante. Por isso, responda V.Sa. de imediato.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, inicialmente quero dizer que a Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil ela não tem uma estrutura definida para ela, enquanto Associação realmente lutar. Ela é uma associação que tenta aglutinar os interesses e a canalizar os pleitos dos laboratórios. Agora, evidentemente que a discussão política se faz através das vinculações dos laboratórios com seus governos estaduais e, em especial, com as outras instâncias do Sistema Único de Saúde. Então, a Associação é uma associação que analisa, promove reuniões técnicas, promove reuniões políticas, promove discussões entre os laboratórios com as outras instâncias que interessa, promove reuniões dos técnicos, por exemplo, de custos, de produção, de embalagem, de controle de qualidade para poder cada um aproveitar a experiência do outro laboratório, principalmente daqueles mais estruturados e não enquanto uma associação que tem um papel político definido. Em relação às relações com outras instâncias, primeiro, pela nossa origem ser da área da saúde e pela maioria dos laboratórios ser vinculado aos governos estaduais, secretarias estaduais de saúde, a nossa tendência é estabelecer uma relação muito mais articulada com a área de saúde. Então, nesse sentido temos trabalhado em sintonia com o Ministério da Saúde, com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde dos Estados e com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde. Isso equivale a dizer que estamos trabalhando com os gestores das três esferas de governo. E cada laboratório faz a sua articulação no seu Estado. No meu caso, sou Presidente do Instituto Vital Brasil, laboratório vinculado ao Governo do Estado do Rio. Então, fazemos também a nossa articulação com a comissão entre os gestores bipartite do Estado do Rio, que são os secretários municipais e o Secretário de Saúde do Estado. Agora, eu quero dizer que no Ministério da Saúde, sim, temos tido uma interface muito estreita e muito permanente com praticamente todos os órgãos do Ministério. Com a Secretaria de Gestão de Investimento em Saúde já está muito claro. Estamos acompanhando todo o investimento, todo o projeto que o Dr. Biasoto vem coordenando. Com a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, que coordena a programa e aquisição de medicamentos para os programas estratégicos, também temos tido toda discussão necessária para ver qual é a participação dos laboratórios, que produtos têm. E com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária chamamos também... Já participamos de reuniões na própria agência, técnicos da agência e temos tido uma

relação de encaminhar sempre as nossas propostas, nossas dúvidas, nossas indagações e nossos pleitos em relação à recente lei de medicamentos genéricos. Com a Secretaria de Políticas e Saúde do Ministério da Saúde, que é onde coordena a assistência farmacêutica, também temos participado. Então, temos uma relação muito estreita na área de saúde. Não podemos dizer a mesma coisa das outras instâncias, por exemplo, o Ministério da Educação, porque realmente não temos tido essa articulação com o Ministério da Saúde. Acho que podemos estabelecer. Temos todo o interesse. Evidente, acho que é porque cada um tende realmente a seguir sua rotina com aquelas áreas mais imediatamente ligadas. Aqueles problemas são para ontem. Temos, evidentemente, uma maior busca de uma articulação e de uma discussão política. Era isso. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Dr. Biasoto, durante a sua gestão agora à frente da Secretaria de Gestão de Investimento em Saúde, o senhor tem sentido que realmente a sua presença, naquilo que nós chamamos a grande angústia dos dias atuais, o Ministério tem realmente tido oportunidade, através da sua Secretaria, de fazer controle, preços de qualidade de medicamento ou realmente isso foge, de certo modo, à atuação? Porque estamos sentindo aqui que o trabalho da nossa Comissão muitas vezes ela se perde, porque quando chegamos junto aos órgãos públicos a repercussão já não tem a mesma que tem aqui dentro desta Casa. Queríamos ver o seu pronunciamento a esse respeito.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Na verdade, para se tentar exercer o controle sobre o setor é uma atividade absolutamente inglória. Primeiro, porque não temos instrumentos. Então, nós, mesmo antes de eu estar na Secretaria, quando eu estava na Assessoria do Ministro, encaminhamos vários pedidos e várias observações incontestes de reajustes abusivos de preço, tanto à SDE, quanto ao CADE. E os resultados não... Acredito que não porque as áreas não tenham tido comportamento correto. Acredito, sim, é que nós... O Brasil hoje não tem os mecanismos necessários para exercer o mínimo monitoramento sobre o setor. Acho que isso é evidente para o conjunto da economia. Nós passamos — estou aproveitando um pouco da minha experiência anterior —, nós passamos uma coisa horrível, que era o controle interministerial de preços para uma situação onde nós não temos nada. Temos uma lei antitruste que nem... Olha, veja bem, que nem a gente observando que tivemos um reajuste de preço abusivo, e isso é evidente, um monte de casos, a gente não consegue identificar e fazer valer, por exemplo, um

retorno do preço ao valor anterior. Não temos instrumento jurídico para fazer isso. No caso do CADE decidir alguma coisa em torno disso, isso ainda é uma instância administrativa. A empresa ainda pode recorrer ao Judiciário. Então, depois de meses de uma discussão no CADE, ainda tem anos de uma discussão no Judiciário sobre aquilo, sobre aquela matéria. Então, eu acho que a gente teria que ter instrumentos diferenciados de atuação no setor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Nesse caso, Dr. Biasoto, já que nós estamos tentando como um dos objetivos desta nossa Comissão formatar uma regulamentação da política de medicamento... Sabemos que SDE, CADE realmente têm sido inoperantes. Agora eu pergunto: o Ministério já tem, digamos assim, apela constantemente, já que tem consciência desse abuso de preço de medicamento para esses setores? Porque a gente nota que a área econômica ela fica muito eqüidistante, por exemplo, do Ministério de Educação, do Ministério da Saúde. Aqui, por exemplo, foi nos dito, de uma maneira assim bastante incisiva, que a lei do mercado é quem iria reger o problema do medicamento. Não seria de maneira nenhuma ... Não é que nós quiséssemos engessar o preço do medicamento, mas nós queríamos é que houvesse uma regulamentação. E a impressão que nos ficou, por parte do Dr. Considera, é que não, o mercado é quem vai realmente determinar ou fazer o controle deste abuso. O Ministério tem feito alguns apelos. E qual é a resposta que o Ministério tem recebido?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bom, nós temos efetivamente usado os canais que estão à nossa disposição. Então, nós encaminhamos efetivamente pedidos à SDE e ao CADE. E esses pedidos tiveram a tramitação normal que tem dentro desses, desses órgãos. Sentimos efetivamente em vários casos que o tratamento dessa matéria é um tratamento igual ao que têm os outros setores. Enquanto nossa reivindicação é de que o segmento farmacêutico e as suas especificidades deveriam ter um sentido de tratamento, uma forma de tratamento diferenciada por contas das nossas... Mas aí eu coloco muito mais a questão das estruturas jurídicas. Acho que a nossa estrutura legal é que é insuficiente, mesmo que as pessoas, mesmo tendo uma, a diretiva de um tratamento diferenciado, elas teriam dificuldade de fazê-lo por conta da estrutura jurídica.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Muito obrigado, Dr. Biasoto. Dr. José Luiz ou Dr. Ricardo Oliva, por gentileza. Aqui, reclama-se... Nós recebemos freqüentemente reclamação que a nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ela não está acompanhando com a velocidade que eu chamaría que a comunidade e que a Nação brasileira está reclamando, por exemplo, em liberar os genéricos. O que que falta? Falta gente, falta laboratório. Quais são as queixas fundamentais da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou interromper um minutinho para dizer o seguinte. Acaba de acontecer um acidente na Secretaria. Alguém levou a lista de inscritos. O primeiro inscrito era o Deputado Arnaldo Faria de Sá. E eu pediria aos Srs. Deputados que eticamente pudessem fazer essa inscrição. Vou mandar fazer uma lista nova, com as devidas escusas por uma falha técnica de nossa parte. Tem V.Exa. a palavra para responder à pergunta. Obrigado.

O SR. RICARDO OLIVA - Nobre Deputado, a questão do registro é, ela é uma..., pode parecer uma coisa cartorial, mas ela é uma análise documental que deve fotografar o processo produtivo e de alguma maneira dar um indicativo da qualidade final do produto. Ou seja, pode parecer que exista uma demora eventual na concessão de um registro, mas muitas vezes isso implica em questionamentos à empresa, em visitas de inspeção à empresa para reconhecimento das descrições ali estabelecidas, de forma tal que haja efetivamente naquele documento em que se processa o registro a garantia documental de que aquela fábrica, aquela planta produz medicamentos de qualidade. Na realidade, hoje — o Dr. Felipe Luiz, Felipe Moreira Lima, Diretor de Área de Alimentos, está aqui presente —, existe uma prioridade na análise documental desses processos de registro. E não existe diferenciação deste ou daquele laboratório. E isso é efetivamente colocado de uma forma tal que exista um cronograma, por assim dizer, de análise desses processos com relação às datas de entrada e não a prioridades deste ou daquele. No que tange aos laboratórios oficiais — o Dr. Bermudez já disse — existem, efetivamente, solicitações desses laboratórios, da FURP em especial, com relação ao registro de genérico, e eles estão em análise, da mesma forma que os outros processos de outros laboratórios.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Dr. Ricardo, nós já, aqui a própria Comissão teve oportunidade de se encontrar com laboratórios que estão falsificando medicamentos. Nós já tivemos aqui próximo, na cidade de Uberlândia. Eu pergunto se a ação da Vigilância Sanitária tem identificado, no Brasil, outros laboratórios que se encontrem presentemente falsificando medicamentos.

O SR. RICARDO OLIVA - Veja, a falsificação de medicamentos é uma atividade criminosa como qualquer outra e tipicamente de quadrilha. Eu queria deixar claro aqui o seguinte. Veja, a ação de Vigilância Sanitária ela é fundamentalmente vinculada a quem tá legalmente estabelecido e que busca produzir medicamentos com alguma qualidade e tendo na ação de Vigilância Sanitária a melhoria, a busca da melhoria da qualidade. É claro que, dentro das ações, coibir ou fiscalizar ou inspecionar a produção, com vistas a identificar eventuais falsificadores, pode ser um achado ou pode ser uma busca, vamos dizer assim, quase que policial esca dessa ação. Tanto que isso, muitas vezes... Muitas vezes não! Na maioria das vezes isso é feito com as Vigilâncias Sanitárias Estaduais e com a companhia e com o acompanhamento de policiais pra que isso possa ser feito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - A última pergunta ao Dr. Ricardo. Os senhores não têm uma relação assim já detectada onde se situam esses laboratórios que falsificam, com o relacionamento que os senhores têm com a Polícia Federal? Conhecem essa relação? Não?

O SR. RICARDO OLIVA - Não, que eu saiba não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Muito obrigado. Agora, para o Dr. Luiz Valente. Dr. Luiz, o senhor falou que tem quarenta e cinco universidades que estão, graças a Deus, trabalhando relativamente bem, sem nenhum problema. Eu lhe pergunto: dessas universidades, quantas são as que têm laboratório?

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Eu lhe diria, Deputado, que todas as universidades situadas nas capitais seguramente dispõem de laboratórios, ou nos seus hospitais universitários ou nos seus cursos de farmácia, seguramente todas. As do interior, nós teríamos que fazer uma análise um pouco mais, mais apurada. Agora, eu diria, ainda assim, que todas aquelas instituições que têm hospitais universitários teriam, teriam não, têm farmácias dentro desses hospitais.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - E elas estariam capacitadas ou aptas para certificar a qualidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deixa eu esclarecer um pouquinho. Farmácia ou laboratório? São coisas distintas. Acho que é preciso esclarecer. Porque farmácia não... Estamos tratando aqui é de laboratório. E eu sei de duas do interior do Rio Grande do Sul, a de Pelotas e a de Santa Maria, que têm bons laboratórios.

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - E a de Rio Grande também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E a de Rio Grande também. Modéstia à parte, eu ajudei a criar essa universidade. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Mas nós estamos pensando aí é no problema da certificação da qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas aí não é farmácia, é laboratório.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Não, laboratório. Eu tô perguntando pra ele os que têm laboratório...

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Eu insisto em que os...

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - ...de manipulação ou de...

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Eu insisto em que os, as universidades que dispõem de hospitais universitários nos seus quadros seguramente têm todas as condições de fazer esse trabalho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Das quarenta e cinco o senhor acha que todas têm?

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Próximo, porque esse número de quarenta e cinco hospitais ele leva em conta alguns hospitais, como, por exemplo, na UFRJ, no Rio de Janeiro, são oito hospitais universitários. Alguns são institutos muito especializados. Está lá o Instituto de Psiquiatria, o instituto de..., a própria maternidade-escola, etc. Agora, o Hospital Universitário Clementino Fraga com toda a certeza estaria entre esses, arrolado entre esses hospitais com capacidade pra atuar nessa área.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - O senhor teria informação se existe alguma dessas universidades que estão investindo em pesquisa, especificamente de medicamentos?

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Seguramente sim. Ainda ontem eu conversei com o Diretor do Hospital São Paulo, da Universidade Federal de São Paulo, antiga Escola Paulista de Medicina. Conversamos por longo tempo. Há um movimento na própria ABRAHUE, que é a Associação Brasileira de Hospitais Universitários, nesse sentido, no sentido de que os próprios hospitais estejam dotados de políticas de desenvolvimento nessa área. E, portanto, que conjuntamente eles consigam trabalhar dessa forma e nessa direção.

O SR. DEPUTADO JOSÉ LINHARES - Muito obrigado. Com certeza os outros companheiros esclarecerão outras dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado, Deputado Linhares, muito obrigado. Eu queria dizer o seguinte. Que lamentavelmente não chegou ao Dr. José Luiz... Esse roteiro que eu mandei para todos os depoentes, entendeu, que me permite dizer que isso aqui tornava um pouco mais objetivo o depoimento. Embora brilhante o depoimento do Zé Luiz, ele não enfocou aquilo que nós... Enfocou uma coisa mais ampla, entendeu? Eu terei algumas questões depois, mas vamos aos inscritos em primeiro lugar. Deputado Arnaldo Faria de Sá, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Convidados, eu também estimo que a solução para o problema de mais de quarenta milhões de brasileiros que não têm acesso a nenhum medicamento deva ser encontrada uma saída nos laboratórios públicos. Mas eu queria perguntar especificamente para o Dr. Biasoto. Eu estou aqui com várias concorrências do LAFEPE, o Laboratório Farmacêutico de Pernambuco, todas as concorrências do ano de fevereiro de 2000, fevereiro de 2000 e fevereiro de 2000. O edital de concorrência, Dr. Biasoto, ele compra vários medicamentos. E ele exige que quem vencer a concorrência entregue esses medicamentos — e está no próprio edital — em embalagens personalizadas, como se fosse o LAFEPE que tivesse produzido. Inclusive na própria concorrência tem as especificações de cada embalagem, a embalagem que deve ser produzida, de que forma que tem que ter o corte, de que forma que tem que ser o vidro, qual a cor do vidro, e tudo como se fosse produzido pelo LAFEPE, inclusive farmacêutico responsável do LAFEPE. E o que me chama a atenção inclusive é que tem um dos itens, a metoclopramida, que vão comprar apenas 1.650 quantidades. Ora, pra comprar 1.650 quantidades e ter que fazer a embalagem de apenas 1.650 quantidades, certamente o preço do medicamento acaba sendo mais caro. Esta concorrência ela compra seis mil dexametasona, eritromicina, mebendazol, metaclopramida, salbutamol, metronidazol. A outra concorrência compra ampicilina e a mesma coisa: com embalagem personalizada da LAFEPE, como se fosse produzida pela LAFEPE, o formato da caixa, o tipo da bula, o farmacêutica responsável. E tem outra concorrência da carbamezepina, com a mesma coisa, como se fosse produzido, o modelo da caixa, o farmacêutico responsável. Isso, na verdade, Dr. Biasoto, é uma CEME sofisticada, porque a

CEME antigamente comprava um medicamento de laboratório privado e vinha na embalagem original. Agora, aqui vai comprar dos laboratórios privados com embalagem personalizada da LAFEPE. Eu apenas trouxe as concorrências de 2000. Eu recebi várias concorrências de todos os anos. E aí, então, a pergunta que eu faço a V.Exa. No seu depoimento V.Exa. compara o preço do laboratório oficial com o preço do laboratório privado para mostrar a vantagem do público. Agora, só que esse público aqui comprou do privado e está enganando, como se fosse a imagem do público. Qual é a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Dr. Biasoto.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bom, eu realmente não tinha nem conhecimento desse procedimento do LAFEPE. Não sei a que ele se destina. Mas, na nossa comparação, foi realizada com os (*ininteligível*) — e eu frisei no meu depoimento de que era FURP e Far-Manguinhos que tínhamos usado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se V.Exa. usou só FURP e Far-Manguinhos, eu vou dispensar dessa comparação. Mas eu quero pronto uma resposta de V.Exa. como o dinheiro público em tese está sendo mal utilizado. Porque, se pra cada concorrência, pra ficar personalizada, eu vou fazer uma embalagem específica, o preço dessa embalagem está encarecendo o produto. Porque um exemplo que eu dei pra V.Exa., uma compra de 1.200 quantidades tem que fazer embalagem só pra isso; uma compra de 1.650 quantidades tem que fazer embalagem só pra isso. Quer dizer, acaba encarecendo o produto. Então, eu acho que, de certa maneira, nós estamos tendo aqui uma CEME sofisticada, porque continua comprando dos laboratórios privados — mercado persa, como se comenta —, mas na hora que vai distribuir lá pra quem tem direito está sendo distribuído como se fosse produzido pelo laboratório público.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Realmente, eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu desejo, Deputado, pedir pra V.Exa. os documentos, porque nós temos um grupo de trabalho — e V.Exa. insistiu...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, todos os documentos que eu vou trazer é para entregar à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero que vocês me entreguem para que possamos cotejar, porque enquanto o Rio de Janeiro faz

exatamente uma competição em sentido contrário, sem nome, sem nada, em larga escala, os sais, e compra lá em baixo, seguramente isso aí precisa ser examinado. E eu vou mandar pra Assessoria da Comissão examinar esses dados.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu trouxe justamente pra Comissão, pra ter conhecimento, porque, na verdade, nós temos que incentivar o laboratório público, mas isso aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E quero dizer...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - ...é laboratório público usando dinheiro do Orçamento, pra fazer o jogo do privado, dando a impressão que é público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - E o laboratório público que eu defendo não é esse estilo, pessoalmente. Segundo, há uma proposta do Sr. Deputado Sérgio Novais e do Sr. Relator para que visitemos esse laboratório oportunamente. Será, então, a grande oportunidade de fazer um questionamento mais profundo, porque isso aí não é laboratório.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria fazer uma outra pergunta para o doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É uma compra estatal apenas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É uma CEME sofisticada, porque a antiga CEME vinha na embalagem original do produto. E aqui está se mascarando, como se o produto fosse fabricado pela LAFEPE, que é um laboratório público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Se V.Exa. permitir, o Dr. Presidente da ALFOB, Dr. Bermudez, gostaria de dar uma pequena informação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu já vou indagar a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah, bom, então tá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Posteriormente, eu vou indagar. Uma outra pergunta ainda ao Dr. Biasoto. Eu acho que o princípio dos laboratórios públicos é efetivamente ter credibilidade e poder... O princípio dos laboratórios públicos é ter credibilidade e efetivamente poder conseguir ter o preço do produto mais barato possível pra população. Mas tem alguns problemas administrativos que acabam inviabilizando. Eu tenho aqui comigo, Dr. Biasoto, a relação de protestos do Iquego, quer dizer, isso aqui acaba complicando a própria

administração. Mas não é apenas do Iquego, é a relação de protestos do Lifar, que também tem uma lista interminável. A relação de protestos do LAFEPE — esse, então, não dá nem pra contar. A relação de protestos da própria FIOCRUZ; relação de protestos Vital Brazil. Então, na verdade, tudo isso aqui acaba colocando em dúvida essa administração maravilhosa, que deveria, infelizmente, ser dos laboratórios públicos. Então, eu acho que... Nós queremos, efetivamente, encontrar alternativa, mas eu acho que, com essas práticas e com essas atitudes, nós efetivamente colocaremos em dúvida a situação dos laboratórios públicos, que recebem verbas do Ministério da Saúde. E eu queria uma manifestação de V.Exa. a esse respeito.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bom, na verdade, a nossa... Acho que a gente tem um posicionamento efetivo de que, dada a absurda diferença de preços entre um e ou... uma e outra situação, é viável, importante e fundamental para o orçamento público brasileiro hoje, seja da União, seja dos Estados, seja dos Municípios, e dentro dos programas de aquisição dos governos, que nós tenhamos, no laboratório oficial, um aliado. Se há problemas, que eu mesmo citei e o Dr. Bermudez também, de descontinuidade administrativa, de problemas na administração, de excesso de intervenção de fatores alheios à direção técnica e financeira do laboratório, é objeto desse programa nosso que a gente consiga fazer uma situação diferente; que a gente consiga fazer com que esses laboratórios tenham uma direção profissional e uma direção que os proteja de inserções e de descontinuidade, que são muito próprias da administração pública, especialmente na administração direta. Então, quer dizer, eu não... não nego os problemas, mas não posso deixar de ver que esses laboratórios são absolutamente cruciais pra que a gente consiga fazer o dinheiro público comprar mais medicamentos e chegar melhor à população. Então, quer dizer, o nosso programa tem por objetivo não impedir que a gente tenha a morte desses laboratórios, e resgatá-los pra que a gente tenha, sim, um setor público produtivo, competente e com... é... defendido desses problemas que o senhor acaba de colocar, que eu... Temos absoluta noção de que eles existem mesmo. Inclusive tem... Eu acho que tem casos que já foram para um nível administrativo que é irresgatável. Agora, se a gente olhar, de outro lado, o que é o setor privado, a gente... eu... eu... Se a gente fosse fazer um balanço do que acontece com o setor privado, a gente veria os mesmos problemas, inclusive os laboratórios de peso de qualidade até internacionais. Então, quer dizer,

não é... não... acho que não é por aí. Acho, como tentei expor aqui, que nós temos um trecho, vamos dizer, um nicho de mercado muito expressivo, que é o laboratório oficial que tem, que vai ter que suprir, que é especialmente esse da aquisição pública pros programas nossos que têm por objetivo a distribuição de medicamento pras pessoas de mais baixa renda, que não têm o mínimo acesso ao sistema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que eu não citei, em nenhum momento, FURP e Far-Manguinhos, que eu acho que são referência. E, na verdade, eu acho que o laboratório público, ele tem que ser todos eles nesse nível de FURP e Far-Manguinhos. Mas nós não podemos achar que os outros laboratórios oficiais são do mesmo nível de FURP e Far-Manguinhos. Nós não podemos nos enganar. É isso que eu quero colocar. Que, de repente, a gente vai vender o laboratório por uma solução, achando que todos são iguais FURP e Far-Manguinhos. Não são, e tá aqui a prova dos projetos administrativos dos outros laboratórios oficiais que eu citei e esse caso absurdo do LAFEPE. E V.Exa., como Secretário que está em investimento, tem que ter o acompanhamento permanente da situação, porque são recursos públicos do Orçamento, do Sistema Único de Saúde que estão indo pra esses laboratórios, porque eu não entendo por que deixam tantos títulos serem protestados. Tem algum problema. E, lógico, eu fiz questão de separar FURP e Far-Manguinhos. Porque a mesma coisa que eu acompanhei nos outros laboratórios citados por mim eu também fiz no FURP e Far-Manguinhos, e no FURP e Far-Manguinhos não tem esse tipo de problema. Agora, FURP e Far-Manguinhos não é a média do que tá acontecendo, lamentavelmente. Eles, os dois, estão acima da média. E é lamentável que os outros, que usem recursos públicos, não estejam nessa mesma condição. E eu completo a pergunta adicional a V.Exa: V.Exa. sabia que o LAFEPE fazia isso?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, não sabia. Mas é... Notem que uma preocupação absolutamente essencial do programa — e aí tá até nas transparência que eu acabei não passando mais detidamente por isso — é que tem uma parte do programa que é a aquisição do equipamentos e a construção de nova capacidade produtiva. Mas tem outra parte igualmente fundamental, que é capacitação técnica, capacitação financeira e capacitação administrativa, e mesmo, essa alteração que a gente tá propondo, até no formato da relação entre a administração e o laboratório, que é justamente pra isso. Na verdade, nós queremos várias FURP e Far-Manguinhos e não simplesmente colocar dinheiro...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E na captação técnica — V.Exa. me permite fazer um comentário... O ano passado, teve medicamentos de combate à AIDS da Iquego e da LAFEPE que foram recolhidos do mercado, por serem considerados de baixa qualidade. O senhor sabe disso também?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Isso, em vários casos... acontecem em vários segmentos. Eu... também aconteceu... Se quiser, eu também cito outros problemas que aconteceram com o setor privado multinacional. Tem... Eu acho... Tem problema dos dois lados, né?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Dá licença, dá licença. Eu acho que nós não temos que comparar aqui, entendeu, o problema do privado pra desculpar o problema do público. Nós temos que ter... O público, todos nós somos responsáveis, e nós não podemos errar no público. Se o privado tá errando, vamos punir o privado. Mas nós do setor público não podemos dizer: ah, o privado erra, nós podemos errar também. Eu acho que nós não podemos. Eu acho que o público tem estar acima de tudo isso.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Tá bom, mas é que não... não podemos também cair na esparrela de ter as falhas do público sem entender as que estão o setor privado, né? Então, eu concordo com... eu quero o melhor setor público.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Só que, quando o setor privado erra, os mecanismos de ação do Governo podem punir. Agora, quando é o próprio público que erra, nós... a administração tem que fazer alguma coisa.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não.. Mas hoje a Agência de Vigilância Sanitária interpreta os dois segmentos como igualmente responsáveis pela qualidade do medicamento. Eu acho que hoje nós temos uma situação distinta.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quanto tempo eu tenho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem mais nada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, eu só queria fazer um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, para concluir...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só quero fazer um requerimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero requerer a V.Exa... Eu vou entregar essas três concorrências da LAFEPE — poderia entregar outras que também tenho — e que V.Exa. determine que sejam xerocadas essas concorrências, entregue ao Dr. Biasoto, para que também o Ministério da Saúde tome providências contra a compra de medicamento no mercado persa, mascarado, como se fosse produção de produto de laboratório público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu entregarei, com muito prazer, os documentos que V.Exa. acaba de anunciar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nada mais. Tem a palavra o Deputado Fernando Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Minha primeira pergunta vai ao Dr. Biasoto. Eu pediria que, sem prejuízo da qualidade, que o senhor fosse sucinto, porque eu pretendo fazer uma pergunta a cada um dos componentes e o Presidente já disparou seu competente cronômetro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nesse instante.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Dr. Biasoto, pela exposição que o senhor fez, faz aí pelo menos uns sete... seis a sete anos que o preço dos medicamentos dispararam no mercado e eu não vejo uma medida drástica do Governo tentando coibir, sem o monitoramento de preços, mas de alguma maneira interferindo pra que isso não aconteça, não é? E, ontem mesmo — pra ser... pra exemplificar —, ontem mesmo, nós vimos pela televisão e, hoje, pelos jornais, que aqui no Distrito Federal o preço de medicamentos aumentou aí oitenta e poucos por cento, de acordo com a imprensa e com o Conselho Regional de Farmácia. Ontem, nós tivemos aqui um depoimento da Diretora-Geral do UMS, que defendeu o uso da autoridade governamental para limitar esses abusos. O senhor não acha que tá na hora desse Governo exercer a sua autoridade, cantar de galo, aí, no terreiro e coibir esses abusos? Seria a minha primeira pergunta. E eu já lhe faço a segunda pra... O senhor fala em aliado, que o laboratório público teria que ser um aliado. Mas pela... Pela própria demonstração aqui do Deputado Arnaldo Faria de Sá, o que que tá acontecendo com esses títulos protestados, com todos esses apontamentos? Faltam recursos pros laboratórios? Então, eu queria saber o que que o Ministério da Saúde está fazendo efetivamente, não é, pra proporcionar aos laboratórios públicos condições de produção com qualidade e também quantitativamente?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bom, sobre a questão do controle, do monitoramento do controle dos preços nos últimos momentos, eu, como já vinha dizendo pro Deputado José Linhares, eu acho que a gente passou de uma situação de controle estrito de preços, que é do início da década, pra uma situação de falta de instrumentos de controle. Eu acho que é uma das coisas que a CPI pode nos proporcionar é a idéia e a indicação de instrumentos de controle...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mas, o Ministério tá esperando pela CPI?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não é questão de esperar, mas essa é uma questão que se constrói... Quer dizer, assim como nós estamos há sete anos sem um instrumento, eu acho que essa é uma construção consertada de um novo instrumento. Não adianta... Quer dizer você usar a pena nesse caso é uma... pode ser uma coisa contra você.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mas, eu só não... é.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Tem que ser uma.. um conserto de vários agentes pra montar uma estrutura que tenha credibilidade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - O senhor não tá sozinho nessa lamentação não. Vieram aqui o CADE, que falou que faltam mecanismos necessários; veio aqui o SEAE, que também afirmou a mesma coisa; e veio aqui a Secretaria de Direito Econômico, que também disse que não tem mecanismos necessários. Parece que tá capenga o negócio, né? Não existem mecanismos em nenhum dos Ministérios, pelo visto.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não... De fato...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É isso? O senhor concorda?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - O que eu tô falando é isso: na verdade, nós transitamos numa estrutura de controle pra uma outra situação onde há uma debilidade, é evidente. Então, nós precisamos estruturar e talvez, especialmente em alguns mercados — não em todos —, uma nova estrutura de controle que seja diferente da antiga, inclusive.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bom, de outro lado, outra questão era sobre os laboratórios...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sobre os laboratórios que o senhor acha que têm que ser aliados, né? Porque faz cinco, seis — eu tô sendo

benevolente — faz cinco, seis anos, eu tô jogando do Real pra cá, né? Até hoje os laboratórios oficiais não foram aliados do Governo?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, em vários momentos nós tivemos políticas de aquisição desses laboratórios, com uns mais problemas e menos problemas em vários casos. Nesse momento, o Ministério tá tentando mobilizar um conjunto de recursos de financiamento externo pra que a gente consiga construir um conjunto de plantas novas desses laboratórios, nesses laboratórios e consiga dar competência técnica e administrativa pra que essas plantas possam efetivamente produzir o que é necessário. De outro lado, hoje, o Governo coloca recursos expressivos nas mãos de Estados e Municípios, através da assistência farmacêutica básica, que são, na verdade, demanda pra esses laboratórios. Então, hoje, acho que a gente tem condições boas... À diferença de alguns anos atrás, a gente tem condições muito boas de estruturar tanto a oferta quanto a já estruturada demanda, que hoje até tem... você tem dificuldades da... de suprimento. Então, se você for olhar da FURP hoje, que fornecia pra muitas Secretarias de Municípios e de Estados de vários... de vários Estados brasileiros, hoje ela acaba quase que esgotando a sua capacidade produtiva dentro do próprio Estado de São Paulo. Então, quer dizer, é essa a coisa que nós estamos enfrentando.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Porque há uma distância grande entre o discurso e a realidade, né?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bom, tudo... Todas essas coisas são difíceis de fazer. Inclusive nós tivemos, por exemplo, que entrar num diálogo até franco com o Banco Mundial, que viu que dentro do... que havia uma situação um pouco de dissenso sobre a possibilidade dos laboratórios oficiais serem um bom canal de produção. E, hoje, acho que a gente até convenceu o Banco Mundial de que ele... de que... da viabilidade, da necessidade desse apoio.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu agradeço ao senhor. O senhor não tá sozinho nessa lamentação e nem nesse discurso. Mas eu endereçaria a outra pergunta ao Dr. Ricardo. Tem-se afirmado aqui nessa Comissão, Dr. Ricardo, repetidamente, que os testes de bioequivalência não são necessários para todos os tipos de medicamentos. Ainda ontem, nós tivemos aqui a Diretora da Organização Mundial da Saúde, que confirmou. Então, não seria a hora da agência começar a atuar efetivamente para agilizar a liberação desses medicamentos que não

necessitam do teste? O que que tem impedido, Dr. Ricardo, a Agência de agir mais rapidamente nesse sentido? Não seria possível a publicação de uma lista? E, com todo o respeito que V.Exa. merece, o senhor falou que tem quatro pólos importantes na sua fala. Não seria interessante acrescentar um quinto pólo, que seria a velocidade no atendimento, sem prejuízo dos outros quatro pólos, que são importantes nas atividades da Agência?

O SR. RICARDO OLIVA - Tá. Veja, a não necessidade de fazer teste de bioequivalência para determinados produtos sempre esteve clara. Na própria regulamentação isso tá colocado, basta alguém querer produzir algum tipo de... de genérico que não necessite equivalência. Basta ele solicitar. Mas, veja, mesmo nesse caso, será analisado o processo de registro com vistas às garantias do processo produtivo, para que este produto, principalmente injetável, que não faz bioequivalência, mas que eu vou ter que ter garantias do processo produtivo que garantam a qualidade daquele produto final... Veja: a velocidade, ela não tá fundamentalmente vinculada à ação da vigilância, tá na resposta que o laboratório tem, que dá a confirmação de que ele faz aquilo com qualidade. Veja: nós tamos sempre dispostos e tamos totalmente abertos à avaliação, à auditoria, o que for, da nossa, vamos dizer assim, lentidão ou morosidade. O segundo aspecto com relação à velocidade é a disponibilidade de gente, pessoal e técnicos competentes que possam fazer. A Agência é uma instituição nova, ela tem dez meses. Isso, do ponto de vista administrativo, é pouco. Inclusive, na questão dos técnicos... Veja: nós temos uma autorização legal de contratação de pessoal. A lei nos permitiu contratar pessoal. Nós buscamos uma forma, auxílio legal, pra fazer essa contratação legal e estamos **sub judice**, não podemos contratar os funcionários pra poder fazer isso com mais agilidade, aumentando o quadro de pessoal.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Faltam mecanismos necessários.

O SR. RICARDO OLIVA - A Justiça nos impedi, por exemplo, de contratar mais gente pra ser mais rápido. Mas, dentro daquilo que é possível... Veja: também comparativamente, Deputado, nós somos um País que leva relativamente muito pouco tempo pra fazer qualquer registro de produto, comparado com qualquer outro País do mundo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Eu não vou contraditá-lo, porque eu não tenho tempo de seguir à frente. Mas o meu silêncio não significa a minha concordância. Eu queria perguntar ao Dr. Bermudez. Dr. Bermudez, as planilhas de

preços de custo e de preços finais ao consumidor, relativa a medicamentos produzidos por laboratórios oficiais, mostram enormes discrepâncias quando comparados com as planilhas correspondentes do setor privado e registram variações de mais de... de mil por cento, de acordo com alguns documentos que foram apresentados aqui à CPI, né? A que fatores o senhor atribui tais disponibilidades? Estão as planilhas do setor privado sendo maquiadas, né, para justificar esse aumento abusivo de preços? Como que se dá essa maquiagem? Em que consiste? Por que os órgãos competentes não conseguem puni-lo efetivamente? Porque tem órgãos competentes do Governo com a responsabilidade e a atribuição de verificar a composição do custo desses medicamentos. Eu gostaria de saber, também na seqüência disso, nesse... nesse projeto de fortalecimento do laboratório público não seria importante que a parte de vacinação, a parte preventiva, fosse coberta pelo laboratório público? Porque o que nós importamos hoje de vacina, salvo engano de minha parte, é um absurdo. Eu acho que hoje Butantã, Far-Manguinhos — não sei o seu laboratório se... —, mas hoje a importação de vacina é violenta, né? E, terminando, qual o grau de dependência dos laboratórios oficiais de insumos básicos?

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Bom, Deputado Fernando Zuppo, inicialmente, as planilhas dos laboratórios oficiais que os senhores tiveram a oportunidade de ver nas visitas e que foram trazidas aqui são muito claras, o que se gasta em custo direto, indireto, matéria-prima. Agora, a caixa-preta, que tem sido sempre em todas as CPI... a planilha de custo do setor privado é uma coisa que eu não teria condições de dizer exatamente aonde tá. Nós temos muito claramente: primeiro, não podemos efetivamente comparar exatamente o nosso produto pra embalagem hospitalar ou em grandes volumes com o produto do setor privado pra venda em farmácia, que, evidentemente, vai ser mais caro. Agora, não justifica ser mil por cento mais caro, evidentemente. Agora, eu acho que o que nós temos aqui, pegando o parâmetro — que isso ficou até discutido lá na Fundação Oswaldo Cruz —, pegando o parâmetro da planilha de custos do setor público, esmiuçar a planilha de custo do setor privado... Porque o que o grande gasto é a matéria-prima.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - E por que que o senhor acha que até hoje não foi feito isso?

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Eu não sei a quem compete fazer isso, na verdade, né, quem é que vai analisar as planilhas de custo pra analisar o controle, os aumentos abusivos de preços.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, pela forma que V.Exa. me olha o meu tempo já foi. Mas, uma última pergunta...

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Mas eu tenho que lhe responder ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agora tô mais conformado. Primeiro, V.Exa. só acreditava no cronômetro. Agora acredita em mim também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Depois de quatro meses de convivência, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa. Mas tem V.Exa., pra concluir...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Desisti de brigar com o senhor. (Risos).

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Eu só quero complementar a pergunta, a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com cronômetro, não. V.Exa. tem o direito de...

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Só complementando a resposta, a questão do fortalecimento da produção de vacinas é uma lógica diferente, alguns laboratórios fazem. Mesmo na Fundação Oswaldo Cruz, são unidades diferentes: a que faz vacina, a que faz medicamentos. São dois institutos separados. Em São Paulo, a FURP faz medicamento, Instituto Butantã faz vacinas. Outros laboratórios, como a Fundação Ezequiel Dias, em Minas Gerais, e o próprio Instituto Vital Brazil fazem medicamentos de vacinas. Mas a lógica é completamente diferente, o equipamento é diferente, o treinamento do pessoal é diferente. Então, tem que ter uma lógica diferente e tem... Concordo absolutamente com o senhor que tem que haver um programa de auto-suficiência imunobiológica. Aliás, já teve. O Ministério da Saúde já teve um programa de auto-suficiência quando estourou a — se não me engano, há vinte anos atrás, praticamente — a crise da falta de soro antiofídico, por causa da desativação de uma multinacional. O laboratório Sintex, em São Paulo, que abastecia o mercado público de soros

antipeçonhetos, antiofídico e de vacinas, foi interditado. Isso gerou uma crise e levou ao programa auto-suficiência, que eu acho que tem que ser retomado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, obrigado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Finalizando, Sr. Presidente, por favor, é uma pergunta endereçada ao Dr. Valente e a resposta eu acredito que seja bastante rápida. O MEC trabalha para que as universidades se capacitem para realizar testes de bioequivalência e biodisponibilidade necessários à expansão do mercado de genéricos?

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Bom, o Ministério da Educação tem procurado...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Mas tem feito, de efetivo?

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Eu lhe diria... Eu vou responder na... na periferia...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Não, porque uma é o... é o projeto, né, o plano; e outro, é a realização concreta.

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Na verdade, o que há de concreto, nesse momento, em termos de investimento do Ministério da Educação, tá muito mais na recuperação da infra-estrutura das universidades federais e, portanto, a criação de condições pra que elas se desenvolvam do que propriamente uma ação específica num determinado ponto dessa área. Há agências de fomento que se encarregam exatamente de fazer isso, e ao Ministério da Educação cabe ações de infra-estrutura física e tecnológica e de capacitação docente pra que isso aconteça. Isso tem sido feito nas mais diversas áreas, não somente nessa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Nesse financiamento agora que o Presidente anunciou pro Ministério de Ciência e Tecnologia tá incluído, ali, ajuda à produção de medicamentos, vacinas...

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Seguramente...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É uma leva grande agora, né?

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - É. Se nós considerarmos a questão como absolutamente genérica, eu lhe diria que sim. Se o senhor me perguntar quanto, eu lhe diria que não faço a menor idéia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., nobre Deputado Fernando Zuppo. Tem a palavra o nobre Deputado Arlindo

Chinaglia. Peço a compreensão de todos os Deputados porque começou a Ordem do Dia e nós podemos ser chamados a qualquer momento pra votar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, senhores depoentes, Sr. Relator e demais presentes nesta CPI, eu quero começar, é... digamos, conversando e perguntando ao Dr. Jorge Antônio Zepeda Bermudez, que quero registrar, é, os cumprimentos pela sua exposição muito bem preparada e que, creio, será de extremamente útil, extremamente útil para conclusões da CPI. A sua primeira observação, que eu ressalto, é que o balconista tem ocupado o lugar do médico e do farmacêutico, com as consequências sobejamente conhecidas, de preço e péssimo, preço alto e péssima qualidade, que a população brasileira é submetida na questão de medicamentos.

(Não identificado.) - E "empurroterapia".

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A péssima qualidade tá incluindo a "empurroterapia". Muito bem. É... E o senhor diz que se descumpre diuturnamente a legislação. E, ao final, o senhor faz uma frase que para mim é muito cara, que é, no final da página 5: "basta implementar o cumprimento da legislação vigente." Por que que eu falo que me é muito cara essa afirmação? Porque esta CPI, ela, entre outros atributos, ela se coloca, particularmente pelo seu Relator, que, ao final, devemos propor mudanças na legislação. O que que isso tem de implicação política? É que, ao final, a CPI propondo mudanças na legislação vai estar livrando a cara do Governo, porque parece que, por falta de legislação, todos os descaminhos daquilo que o senhor chamou de mercado persa está, digamos, perdoado o Governo pela sua inoperância em vários... em vários, digamos, em várias das suas obrigações. Eu não nego a importância de melhorar a legislação. Agora, na sua opinião, se fosse cumprida a legislação vigente, no que tange à permanência do farmacêutico na farmácia, no que tange à Vigilância Sanitária, entre outras, na sua opinião, quais seriam as consequências imediatas, do ponto de vista de preço e de qualidade de medicamento?

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Deputado Arlindo Chinaglia, eu agradeço a referência e eu já tinha colocado, na minha participação anterior, a primeira coisa que eu coloco é o seguinte: eu acho que tem que se cumprida a legislação e depois buscada a melhoria da mesma.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - De acordo, de acordo.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Está certo? Agora, veja bem, é... Venda de medicamento sujeita à prescrição médica. Qualquer um de nós compra em qualquer farmácia. Aqui no Distrito Federal é o único lugar onde tem fiscalização. Nos outros Estados você vai em qualquer farmácia se queixando de febre, tosse, dor no peito e vai sair com antibiótico. É proibido. A lei tá muito clara. A Lei 6.360 e a lei que criou a Agência Nacional reitera a venda de medicamento sob prescrição médica só com apresentação de receita. Isso não é feito. O balconista prescreve e dispensa, que é papel do médico e do farmacêutico. Não tem farmacêutico na farmácia. A propaganda de medicamentos, medicamentos sujeitos à prescrição, tá muito claro, só pode ser veiculada em revistas médicas, não pode ser veiculada na imprensa leiga. Isso é feito em revistas direcionadas ao comércio farmacêutico. Não pode ser veiculada sem anuênciâa prévia da autoridade sanitária. E não são submetidas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Qual seria a consequência se o Governo, digamos, não fosse "fora da lei"?

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Eu acho que...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quanto a preço e qualidade?

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Eu acho que como...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Como é que o Governo é fora da lei? Porque ele não cumpre.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Não. Eu acho que se fosse cumprida a lei que existe hoje — zoneamento de farmácia, farmacêutico na farmácia, apresentação da receita médica, a propaganda etc., vamos dizer, de uma maneira geral —, nós teríamos não teria "empurroterapia", teríamos uma utilização racional de medicamentos; não haveria mau uso de medicamentos, o uso incorreto de medicamentos e, evidentemente, que isso vai impactar também no... no... no preço...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não tendo a bonificação não vende (*ininteligível*).

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Não, não tem a bonificação e não tem "empurroterapia" do produto mais caro. Porque é evidente que o produto mais caro é empurrado, nunca o mais barato.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. É, em outra página, o senhor aqui... E eu quero registrar aquilo que evidentemente julgamos neste

momento, oportuno, é... O senhor fala: "quanto à política de investimentos nos últimos anos podemos afirmar que tem sido inexistente, razão pela qual encontramos laboratórios descapitalizados, endividados, inadimplentes e com problemas de gestão e de estrutura, que vêm sendo superadas." Ou seja, o senhor, de maneira corajosa, antecipou parte daquilo que o Deputado Arnaldo havia denunciado. Quer dizer, não lhe causa nenhuma surpresa, portanto, que laboro... laboratório oficial tenha título protestado, esteja inadimplente, exatamente porque falta investimento. É isso?

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - É, não me causa surpresa o que o Deputado Arnaldo Faria de Sá colocou e eu concordo com a... que é uma questão grave, no que ele coloca do laboratório-farmácia da Universidade de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu falei em parte. A outra parte ele tá totalmente certo.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Tá? Isso eu também vou querer questionar o laboratório-farmácia da Universidade de Pernambuco, o que que tá acontecendo. Agora, título protestado, eu lhe digo, e eu coloquei isso no relatório quando assumi o Instituto Vital Brazil, há um ano e dois meses, exatamente: 700 títulos protestados no comércio. Sete milhões e pouco de dívida contraída, inadimplência com o Ministério da Saúde. Colocamos isso...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É má administração ou é uma opção social pra manter...

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Não, má administração. Má administração ia ter... Não sei o que que havia lá, porque nós começamos a auditar tudo. Agora, o que eu quero deixar claro, o que tá se construindo com essa, com esse projeto agora, é um novo patamar e uma nova realidade, que, em nenhum momento, o Ministério disse que vai dar dinheiro de graça pro laboratório.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nem nós...

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Em nenhum momento — e nem nós aceitaríamos —, em nenhum momento...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nem nós defenderíamos.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - ...vai dar remédio pro... dar dinheiro pro laboratório.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Vai condicionar metas a um contrato de gestão, a compromissos assumidos o investimento ...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - ... em modernização do parque industrial.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Eu quero fazer agora um questionamento. Na página 4, o senhor coloca aqui, olha: "O controle de qualidade dos medicamentos genéricos, o controle externo, não pode ser feito pelos laboratórios oficiais, e sim nos laboratórios universitários ou na rede de laboratórios vinculados." É... O senhor sabe que as usinas de energia elétrica, elas são produtoras da própria energia, e elas têm um... um contrato internacional onde eles fazem visitas mútuas, exatamente pra saber, por exemplo, se uma determinada usina na Rússia cumpre com aquilo que o Brasil aqui exige e vice-versa, por exemplo. Então, eu não consigo ver por que é que não pode ser feito essa fiscalização entre laboratórios oficiais, sem excluir aquelas que o senhor aponta. Queria saber a sua opinião, porque veja, FURP, questão de gestão, quando eu fui Deputado Estadual, eu denunciei duas diretorias, derrubei duas diretorias por corrupção. Entretanto, continuamos defendendo a FURP. Então, veja, o que é que tem de mal se a FURP puder visitar um outro laboratório e ser visitada, mesmo os produtores. Eu não consigo ver o que que tem de mal.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Não, mas veja bem, essa cooperação existe. Essa cooperação, até troca de amostras pra checagem e controle de qualidade existe. O que eu coloquei aqui é a resposta ao que foi inquirido no roteiro que eu recebi se os laboratórios públicos podem ser utilizados para controle de qualidade de medicamentos genéricos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas o senhor acha que seja uma boa idéia?

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Não. Eu acho que tem uma rede própria pra fazer isso, formalmente constituída, que atende à Agência de Vigilância Sanitária, e tem as universidades, que têm faculdade de farmácia equipada pra fazer. Em regime de colaboração pode ser feito, e entre laboratórios oficiais isso já é feito, e pode ser feito no intuito de colaborar, não no intuito de servir como laboratório de controle para o outro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, claro. Não, não, mas é só que, digamos, acho que acrescenta aquilo que o senhor já escreveu, porque eu creio que isso é útil para nós colocarmos aqui enquanto propostas dessa CPI. Veja, é, quero dizer que concordo, né, quando o senhor fala assim: "Quero ainda crer que devemos olhar com atenção as medidas implementadas nos países centrais" etc. O Brasil comemora 500 anos. É... Eu pergunto ao senhor e também ao Dr. Biasoto: veja, em 500 anos... Vocês acreditam que o problema que nós temos na área de medicamentos é falta de conhecimento, a gente precisa olhar pra lá ou tá faltando decisão política? Eu entendi que a proposta de olhar do Dr. Bermudez, pelo que eu conheço dele, não só deste depoimento mas de todo o seu... de toda a sua trajetória acadêmica etc., É... veja, o olhar eu entendi que é o seguinte: olha, se até países desenvolvidos, que tá entre os sete maiores, economicamente, do mundo, militarmente, politicamente, têm uma ação efetiva pra controlar gastos, não tá na hora do Brasil, é, digamos, acelerar o passo? Por que veja: o senhor constatou... Me permita dizer, o seu depoimento lembra programa de alguns partidos políticos. Você olha, não tem como discordar de vários aspectos. Agora, quando você vê o que tá escrito e o que é feito na prática é que vem a desilusão. Então, o senhor não acha que já tá na hora de, depois de 500 anos de existência, nós termos o Estado não apenas como Estado regulador, discurso neoliberal, vamos pegar ANEEL, ANATEL, pra ver o resultado desse discurso, e intervir pesadamente no mercado de medicamentos, que nós estamos defendendo vida?

O SR. JOSÉ BIASOTO JÚNIOR - Eu... Posso falar? É... Quando eu, quando eu li o... Quando a gente lê o documento tem essa sensação mesmo. Então, eu concordo com a sua percepção. Agora, noto é que acontece uma coisa grave no Brasil em relação a outros países. Nós... talvez nós sejamos o único país dos menos desenvolvidos que temos a idéia, que tem a idéia de universalização de saúde e acesso de toda a população. Outros países... Pra outros países isso não se coloca, por conta de uma debilidade das suas políticas sociais. Nos outros países avançados, várias formas de regulação do mercado farmacêutico tão colocadas. Você pega nos Estados Unidos, o que que é? Uma disputa enorme entre os grandes planos de saúde e a indústria. Até é por isso que o genérico tem uma vigência tão pesada, porque, na verdade, o plano faz com que o genérico seja receitado pelo médico, e o reembolso se dá só se o genérico for comp... se a pessoa comprar o genérico.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Na Europa também.

O SR. JOSÉ BIASOTO JÚNIOR - Na Europa, você tem situações de reembolso, como a situação inglesa. Acho que a, acho que a francesa também. Então, você tem políticas de compra governamental muito pesadas, contra um segmento... O segmento farmacêutico, além da enorme, do enorme poder que tem... Além do enorme poder de mercado, de poder econômico que eles têm, eles têm um poder de mercado situado na prescrição do médico, que ele pode influenciar, e, de outro lado, situado nos nichos de mercado, porque a pessoa não tem condição de substituir um produto por outro. Então, é um mercado completamente distinto de todos os outros mercados de economia capitalista...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A gente sabe disso. Agora, por isso mesmo, o senhor não acha que... Vamos pegar o...

O SR. JOSÉ BIASOTO JÚNIOR - Não, mas aí, aí é essa questão: nós não temos a condição financeira que tem uma economia, uma política de saúde inglesa ou francesa de fazer o reembolso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, Dr. Biasoto, veja, teria, na minha opinião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado. Deputado Arlindo Chinaglia, vou ter que interromper. Faz cinco minutos que começou a votação, e eu queria propor... V.Exa. esgotou o tempo, mas a gente daria um minutinho pra concluir depois ou então um minuto pra V.Exa. concluir e terminar imediatamente, suspender a reunião pra votarmos, e a gente retoma imediatamente. Vamos lá e votamos. Depois, se houver votações, a gente... Entendeu? V.Exa. quer concluir? Tem mais uma pergunta?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu prefiro na volta, porque, quem sabe, a gente, além do meio minuto que V.Exa. propõe, mais um minutinho, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Um e meio, então. Está suspensa a reunião por cinco minutos, entendeu? Obrigado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está reaberto os trabalhos. Com a palavra, por um minuto e meio, como requereu, o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sempre no sentido figurado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Absolutamente regimental. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, é eviden... Essa interrupção cria... A Mesa não tá composta ainda, Presidente. Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá faltando o Dr. Biasoto. Onde anda o Dr. Biasoto?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O Dr. Biasoto escapou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço que requisitem o Dr. Biasoto pelos corredores e o conduzam à mesa, através de convite, obviamente, e não sob varas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Enquanto o Dr. Biasoto... Ah, chegou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ei-lo, que se encontra aqui!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É... Dr. Biasoto, dentre as várias, é, iniciativas que esse documento contém, aponta, quando fala de estratégia de ação fala de reorganização do modelo institucional e propõe a transformação dos laboratórios em sociedades de economia mista. É, não há tempo pra discutir em profundidade, mas quando fala que não existe flexibilidade na gestão pública, o exemplo mais recente que eu tenho é o PAS, que foi anunciado como algo revolucionário na saúde, porque ali seriam cooperativas, não teria toda a carga pesada da Administração Pública, significou desviar um portentoso orçamento da saúde para roubar, para roubar, porque não tinha que cumprir com a Lei das Licitações. O senhor não teme que, ao fazer essas propostas de alterações institucionais, o Estado esteja abdicando dos controles, digamos, já desenvolvidos pela Administração Pública? E não seria, assim, algo meio pretensioso demais, gerando suspeição da minha parte, dizer: os que pensaram Administração Pública são idiotas e que, agora, se fizer a mudança, vai funcionar bem. Sabe por quê? Aqui não tem uma palavra daquilo que genericamente se chama controle social. Porque, eu não tenho nenhuma dúvida se, ao invés de, digamos, entregar pra tecnocracia, para os indicados políticos, digamos, com liberdade de ação perigosíssima, né, porque o poder é sempre, tem que ser controlado, na minha

opinião, qualquer que seja o Governo. Aí, se... Aqui não tem uma palavra pra colocar representantes de sindicatos, dos aposentados, né, das ONGs, por exemplo, dos profissionais. O que que o senhor me diz a esse respeito?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - É... Evidentemente que essa idéia da sociedade de economia mista é um indicativo que nós estamos colocando. Não é uma necessidade dentro do projeto. O que a gente quer garantir...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque esse é o discurso do Banco Mundial, né?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, mas o que a gente quer garantir é que haja uma estrutura administrativa funcionando e com condições de funcionar. Tá?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se o senhor fosse o Diretor-Superintendente da FURP, de Far-Manguinhos ou qualquer uma delas, o senhor teria ou não condições, com a legislação vigente, de fazer, por exemplo, o Instituto Vital Brazil funcionar bem? Porque eu pergunto: o senhor acha que o Instituto Vital Brazil é mal administrado?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não. Super bem administrado. Imagina!

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, por que... Então por... Claro! Então, por que é que tem que alterar o institucional, correndo riscos, atendendo recomendações do Banco Mundial, sendo que quando tem gente com competência, gente séria, é bem administrado?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, olha. Primeira coisa: não venham me falar que...

(Não identificado) - (*Intervenção inaudível.*)

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, (*ininteligível*). Primeiro tem isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - No caso, é empresa de economia mista.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - É.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agora, se não fosse?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, mas não adianta, Deputado. O negócio é o seguinte: isso não tá aí porque o Banco Mundial pediu. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas é o que ele propõe.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Primeira questão. Inclusive tivemos uma grande discussão com o Banco Mundial sobre todos esses aspectos. Tá aí porque a gente acha que essa é uma forma melhor de organizar uma coisa que é produção. Tá? Far-Manguinhos, hoje, tem amarras, efetivamente, por estar dentro duma fundação. Todos conhecem essas amarras.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas as marras, as amarras...

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - São questões... Olha, sabe qual é o problema? A Fundação...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - As amarras não são necessariamente ruins.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não. Uma fundação... Não, mas tem algumas que são.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Algumas são.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Uma fundação...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Só que a liberdade, do outro lado, pode ser excessiva.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Uma fundação tem que ir ao Orçamento pedir suplementação porque conseguiu fazer uma produção maior do que era previsto inicialmente no Orçamento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O.k. Tá bom.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Isso é um enorme problema. Tá, mas agora quero falar outra coisa: a idéia de controle social para nós é absolutamente crucial e tá acolhida sua observação sobre isso. Nós inseriremos no projeto (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ah, muito bem. Muito bem. Agora, eu queria fazer umas perguntas aqui ao Dr. Geraldo, é, mas é só, uma única pergunta, Presidente, que diz respeito à CEME.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Algumas perguntas me assusta. V.Exa. está com quatro minutos. Uma única, então, pra gente concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não, é uma única, com referência à CEME. Veja, como a CEME foi desativada a sociedade não sabe. Onde foi parar os medicamentos que sobraram a sociedade não sabe. É... Digamos, qual o resultado da investigação das irregularidades que ocorreram na

CEME também a sociedade não sabe. Veja, e a CEME, ela, inicialmente, foi pensada — e ela foi implantada na época da ditadura militar — para produzir fármacos. Nada entrou no lugar da CEME. E mesmo quando, na minha opinião, ela se desviou e passou a ser apenas um mercado cativo da indústria farmacêutica, o Governo exercia o famoso poder de compra, o poder de escala, e, portanto, poderia, se houvesse controle social, ter barateado a compra que o senhor muito bem aponta no seu documento. Então, na sua opinião e na opinião do Dr. Bermudez, extinguir a CEME foi um bem para o País? Porque poderíamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou pedir que os interlocutores aqui respondam meio rapidamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exclusive a corrupção, exclusive a corrupção.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, na minha opinião foi um bem porque tem estruturas que você não consegue recuperar, era o caso. Embora eu não conheça, eu não conheça, eu não conheça detidamente a CEME nem o processo de liquidação, eu acho que era uma estrutura que não tinha mais a menor viabilidade nem a menor credibilidade pra continuar atuando. Acho que a gente precisa de alguma coisa que faça um papel daquele gênero, certamente não é essa, tá?

JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Só quero responder, então, ao responder ao Deputado Arlindo Chinaglia, eu queria fazer a ponte com o Deputado Fernando Zuppo na dependência que nós temos de insumos. Que eu acho que o papel da CEME, exatamente que o Deputado Arlindo Chinaglia apontou agora, é na autonomia brasileira na produção de fármacos. E para isso, inclusive, a CODETEC teve uma atuação durante muito tempo, passando pela iniciativa privada. Foi extinta a CODETEC também. Tanto a CEME como a CODETEC em Campinas estão extintas. Mas eu acho que a idéia que realmente tinha que prevalecer, e eu acho que é uma coisa que tem que ser colocada também como proposta de CPI, é que o parque farmoquímico nacional também tem que ter investimento, e não são os mesmos laboratórios. Far-Manguinhos está fazendo desenvolvimento de processos de fármacos, vai passar pra outro, agora, junto com vacinas. Quer dizer, vacinas, medicamentos e matéria-prima são três lógicas diferentes, não necessariamente vão ser na mesma estrutura que vai fazer pesquisa, químico, pessoal com formação diferente, equipamento diferente, instalações diferente. Agora, eu queria incluir a

questão farmoquímica de matéria-prima como crucial também pra diminuir a dependência tecnológica e econômica, que era um dos papéis da CEME...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Presidente, agradeço a tolerância, agradeço ao Dr. Geraldo e ao Dr. Bermudez. Se eu tivesse tempo, eu cobraria ao Dr. Oliva a ineficiência da Vigilância Sanitária, mas como eu não tenho tempo, outros deverão fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Já acabou cobrando, entendeu? Tem a palavra o nobre Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores expoentes, eu, ao mesmo tempo em que já tenho em mente uma pré-conclusão dessa Comissão Parlamentar de Inquérito e até nos dá em nossas reuniões uma certa euforia com essa vontade de que os membros dessa CPI têm de fazer com que laboratórios nacionais e que as universidades federais se prestem a algum tipo de reforço, tanto no controle de qualidade de medicamentos quanto também na produção de medicamentos. Porém, eu vejo a implementação desse nosso, dessa nossa euforia com um certo receio, um certo receio de que eventualmente poderão verbas — e aqui foram citadas... E como está sendo tratada em muitas situações o dinheiro público — e não é pouco, e não é pouco —, essa questão de aonde serão e como serão empregadas essas verbas, se realmente essa decisão for levada, né, a cabo, e que as universidades recebam algum investimento e que laboratórios estaduais ou mesmo federais recebam para produção de medicamentos. Em relação a isso, eu gostaria de fazer uma pergunta ao Dr. Biasoto, é... em seqüência, pode ser, podem ser rápidas as perguntas... as respostas, assim que o senhor achar melhor conveniente. Quanto, na realidade, o Ministério da Saúde atinge hoje em termos de população através dos laboratórios oficiais?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - É extremamente difícil responder, porque eles hoje conseguem atender a populações adstritas. Então, São Paulo consegue atender toda farmácia básica de São Paulo. Agora, o Ceará tem, começou a atender uma boa parte da sua, mas com compras que faz junto ao setor privado até como importação. O Paraná, agora, conseguiu montar uma estrutura de consórcio e tem comprado junto ao setor privado. Minas Gerais tem a produção da FUNED completamente voltada para suas atividades e isso é insuficiente, nitidamente insuficiente. Então, hoje eu creio que se você for olhar, na metade das

aquisições da farmácia básica, elas são, tão sendo supridas pelos laboratórios oficiais.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Metade? De que percentagem da população? Carente? O senhor falou que até 70 milhões de brasileiros vivem à margem, estão à margem do processo em relação aos medicamentos, 40 milhões absolutamente.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Então, mas a farmácia básica atende com cerca de 330 milhões de reais por ano a uma cesta básica de medicamentos. Então, também a gente tava falando de um subconjunto que não é o conjunto das necessidades da população, são os medicamentos mais básicos retirados da RENAME.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - E qual vai ser a política do Ministério da Saúde para aumentar o número ou até a produtividade dos laboratórios hoje existentes? Ela será mais ou menos centralizada? Hoje são quinze.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Então, nós temos quinze, mas nesse primeiro momento nós cremos que seis possam absorver o apoio que a gente pode dar agora. Na seqüência desse... desse programa, nós imaginamos que o BNDES possa excepcionalizar o crédito ao setor público pra laboratórios oficiais e imaginamos conseguir recurso — esse até um pedido que a gente já até colocou aqui à Presidência da CPI, acho que já apareceu em outros momentos também — pra que esses laboratórios possam colher recursos junto ao BNDES. E aí, na seqüência, a gente também vai tentar conseguir mais recursos. É importante que se saiba que esses recursos que a gente tá colocando é um recurso de empréstimo e que tem retorno, então, aos cofres federais, na hora em que os medicamentos estiverem sendo vendidos, e que ele pode retornar a outros laboratórios e mesmo a laboratórios das universidades.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Com contrapartida estadual inclusive, ou não?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, a gente vai... a contrapartida estadual existe dentro do projeto, quer dizer, a gente vai... vai obter o retorno do investimento feito pelo Governo Federal. No caso dos laboratórios de universidades, alguns podem ter condição de fazer o trânsito entre uma produção que é uma

produção quase doméstica e uma produção em escala industrial, mas são poucos. Então, esses podem ter também o apoio do nosso projeto... do projeto.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Isso aqui me preocupa, me preocupa, porque caso o Ministério da Saúde venha a investir num laboratório e esse laboratório não apresentar uma produtividade e não for garantido a esse laboratório de determinado Estado, por exemplo, uma qualidade absoluta, eu tenho a impressão de que mais uma vez vai haver um investimento. Por isso, um investimento que não vai surtir efeito. Eu temo por isso e acho que o Ministério, já de início, ele teria que prever uma produção, uma produtividade em relação ao investimento que vai ser feito.

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Não, mas é óbvio, né, inclusive é por isso que o investimento se divide entre planta, logo a planta produtiva, e consultorias de treinamento gerencial administrativo, financeiro, de técnica mesmo, que vão dar as condições para que esse laboratório tenha as condições de retornar o investimento. A gente já fez todos os cálculos até o... Mesmo nesses valores que a gente tá colocando agora, o retorno do investimento é muito, até muito rápido, cinco ou seis anos, o retorno do investimento já tá feito, o que pra padrões do mercado por aí é excelente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Nós acompanhamos a visita à FURP, ficamos realmente impressionados com a organização daquela estrutura toda. E... mas... uma... ainda um... Nós temos uma pergunta muito importante que nós gostaríamos de fazer ao senhor. O Dr. Elias Murad sugeriu, ao final da exposição dele aqui nessa Comissão, de que ficaria interessante se a produção dos medicamentos dos laboratórios oficiais, ela fosse distribuída entre a rede dos laboratórios oficiais em termos de... do tipo de medicamento. Por exemplo, um laboratório "a" produziria vinte tipos de remédios, outro laboratório "b" mais vinte tipos, para completar a RENAME, que seria o objetivo maior, né, de dotar a população de uma lista básica importante, tanto de medicamentos eventuais, como principalmente os de uso contínuo, prolongado, pra cardiopatias, pra diabetes, hipertensão, essas coisas todas. Como o senhor vê essa possibilidade?

O SR. GERALDO BIASOTO JÚNIOR - Bem... o próprio Bermudez teve uma reunião conosco, discutindo essa questão, né? Eu acho absolutamente crucial que a gente consiga construir uma espécie duma rede de laboratórios e que a gente consiga distribuir entre eles a... certa... uma certa especialização. Primeiro, porque,

na verdade, o setor hoje envolve escalas e escalas muito pesadas pra que a produção seja rentável. E, segundo, porque, na verdade, a gente pode conseguir um ganho muito grande do ponto de vista de focalizar... Por exemplo, Far-Manguinhos é um grande produtor pra nós de medicamentos de altíssimo, custo com os quais o Ministério teve economias absurdas nos últimos anos, né, quando conseguiu substituir a produção importada pela produção de Far-Manguinhos. E a gente pode conseguir especializá-lo e não deixar fazendo medicamentos que, na verdade, podem ser feitos em outros, com um nível de especialização inferior. Quer dizer eu acho.... é importantíssimo.

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Só complementando, Deputado Caropreso, é... temos tido essa discussão com o Ministério da Saúde no sentido de tentar, em todos os momentos, dosar, quer dizer, o correto entre evitar o monopólio, evidentemente, de um único produto que possa ter um problema, mas ao mesmo tempo não colocar todos os laboratórios produzindo tudo, porque realmente é um desperdício. Então, tentar especialização, tentar necessidades regionais atendidas por determinados laboratórios e tentar fazer essa divisão. Acho que isso... essa sugestão é perfeitamente condizente com o que nós tamos discutindo e com que nós pensamos.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Vai garantir acima de tudo o investimento, tanto na... no....

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Em escala....

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Em escala e em qualidade, porque você vai tornar aqueles técnicos, aqueles... aqueles cientistas... né, em....

O SR. JORGE ANTÔNIO ZEPEDA BERMUDEZ - Mais preparados...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - ...os mais preparados possíveis, né? Eu teria algumas perguntas rápidas ao representante do Ministério da Educação e tenho a dizer que me senti um pouco até frustrado em relação à qualidade é... das... é... das informações em relação aos laboratórios existentes hoje nas universidades federais. Porque é um outro sonho do Presidente e, acredito, de todos os membros dessa Comissão de tornar as universidades federais, investindo no corpo lá existente, o corpo, né, técnico, que se façam os testes de controle de qualidade dos medicamentos do dia-a-dia e também para o lançamento de outros produtos, desenvolvimento de tecnologia, enfim. Como estão, na realidade, preparadas as universidades nesse sentido?

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Olha, eu pediria desculpas, até por não ter sido didático, porque, na verdade, a idéia era ter repassado essa... esse esforço do Ministério da Educação na qualificação tanto do corpo docente das instituições, que é, em última análise, quem tem a responsabilidade interna de tratar dessas questões, como da... dos processos de recuperação de infra-estrutura física e tecnológica no sentido de atualização desses... dos equipamentos lá existentes. Como eu disse, nós temos um corpo docente hoje altamente qualificado nas universidades federais e absolutamente apto a trabalhar integradamente com o Ministério da Saúde, com Vigilância Sanitária, dentro desse contexto. Quando eu falo que nós temos em torno de 70% dos professores nas universidades federais já com mestrado ou doutorado, eu tô dizendo que há, sim, qualificação técnica da maior capacidade possível pra desenvolvimento desses trabalhos. Quando eu digo que nós investimos... estamos recebendo agora equipamentos na ordem de 100 milhões de dólares pra atualização de hospitais e 200 milhões de dólares para atualização de laboratórios de graduação, eu tô dizendo que o Governo, através do Ministério da Educação, tá investindo sim e pesadamente na requalificação da sua infra-estrutura acadêmica e tecnológica, necessária pra o desenvolvimento desse trabalho e de outros. Talvez o que esteja faltando dizer seja exatamente como isso se dará. Por isso eu falei, no finalzinho da minha exposição, de que tempo e planejamento eram indispensáveis nesse processo. Ações conjuntas entre Ministérios, ações conjuntas entre Secretarias são absolutamente imprescindíveis nesse processo. Agora, a política, nesse caso, não é determinada pelo Ministério da Educação, certo? Agora, o Ministério da Educação tem que estar — e estará, através de suas universidades — apto e qualificado a trabalhar nessa questão.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Só pra terminar, Sr. Presidente, eu acho extremamente importante, principalmente nesse contexto agora e nesse momento que vive a CPI, com toda essa celeuma em relação aos medicamentos, que as ações fossem integradas e a troca de informações fosse da mesma forma, no sentido de otimizar o emprego dessa vultuosa quantia aí que vai ser colocada à disposição das universidades. O Brasil precisa usar bem esse dinheiro, né, e de uma maneira que beneficie a população, né, e não fique servindo apenas pra endeusar um ou outra pessoa. Era só isso e obrigado, senhor.

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Nós acreditamos plenamente nisto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu quero dizer o seguinte: em função da votação, vou encerrar. Mas, antes, eu vou deixar aqui ao Dr. José Luiz da Silva Valente a seguinte questão: o Hospital das Clínicas de São Paulo produz os medicamentos para o seu hospital. Os hospitais... As universidades federais têm 45 hospitais. A Universidade de Londrina, que é privada, produz medicamentos, e apenas a Universidade Federal do Pernambuco.... do Rio Grande do Norte produz alguma coisa. Eu queria que pelo menos o Ministério da Educação saísse hoje daqui com essa minhoquinha na cabeça, encucado, que se os nossos laboratórios de ensino pudessem produzir medicamentos, seguramente podiam se equipar mais e podiam vender pros próprios hospitais, que comprariam mais barato. Então, eu acho que uma criatividade aí na nossa universidade seria excepcional, no meu entender, entendeu? Eu gostaria que pelo menos ficasse, se não de toda a Comissão, esta pergunta minha ao Ministério da Educação, a título de colaboração, entendeu, e mais a fome do Ministério da Saúde de comprar medicamentos bons e baratos aí das nossas universidades.

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Deputado, deixe eu só lhe dar uma informação regional. Quando eu lhe falei do Hospital Universitário de Rio Grande, eu estava lhe dizendo que lá está sendo desenvolvido um trabalho — conheço as pessoas de lá —...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Excelente, eu conheço.

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - ... exatamente nesse sentido. E é um hospital de interior. O que significa dizer que nas demais unidades da rede o trabalho se desenvolve dessa forma. Agora, é importante que se tenha claro: ele é um processo lento, porque advém de uma recuperação de infra-estrutura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu sei...

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - ... que está sendo feita ao longo do tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...mas eu diria... eu diria ao meu amigo...

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - e que trará resultados imediatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...eu diria ao meu amigo que, num esquema bem planejado, eu acho que daria pra reequipá-los todos

e repor com aquela margeninha de lucro pequena que se podia ter, reequipar todas as nossas universidade....

O SR. JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE - Nós também achamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Também achamos. Então, tamos de acordo, e só isso valeria esta reunião, não é Biasoto? Não é isso, Dr. Bermudez? Muito obrigado aos nossos expositores, muito agradecido mesmo, Dr. Geraldo Biasoto Júnior, Secretário de Investimentos na Saúde, Dr. José Luiz da Silva Valente, Diretor do Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior do MEC, Dr. Jorge Antônio Zepeda Bermudez, entendeu, que representa aqui os laboratórios oficiais, de quem nós esperamos tanto nesta batalha pra construir medicamentos mais baratos, e, ao Dr. Ricardo Oliva, também Diretor de Alimentos e Toxicologia da nossa Agência Nacional. A todos eles, aos Srs. Deputados, à imprensa, os que nos acompanharam, muito obrigado. Está encerrada esta Reunião e convocada uma para amanhã, às 9 horas, quando deveremos ouvir aqui os expositores Dr. Wilson Roberto Gonçalves, Presidente da ABRADILAN, que é a Associação Brasileira de Distribuidores de Laboratórios Nacionais, e o Dr. Gilberto Pereira, Presidente da MEDITA Representações Ltda. Está encerrada a Reunião. Muito obrigado.